



**EDITAL**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 566/2026**

**RESUMO DOS DADOS DA LICITAÇÃO**

**Abertura da Sala de Disputa:** 08/07/2026, às 12h00 (horário de Brasília), no sítio:  
<https://licitanet.com.br/>.

**Encerramento do prazo para cadastro das propostas:** até o momento que antecede a abertura da sessão pública.

**Limite para solicitação de esclarecimentos e impugnação:**

Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública.

**Objeto:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços terapêuticos multidisciplinares, incluindo avaliação, atendimento, fornecimento de insumos, gestão integrada dos serviços e execução de equoterapia, destinados ao atendimento de pacientes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e TDAH, vinculados ao Fundo Municipal de Saúde de Alta Floresta D'Oeste/RO, através de Pregão Eletrônico, pelo período de 12 (doze) meses.

**VALOR TOTAL ESTIMADO:** R\$2.999.582,58 (dois milhões novecentos e noventa e nove mil quinhentos e oitenta e dois reais e cinquenta e oito centavos).

**FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS:** NÃO

**VISITA TÉCNICA:** NÃO

**INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES:** 100,00

**TIPO DE LICITAÇÃO:** MENOR VALOR GLOBAL

**MODO DE DISPUTA:** ABERTO

Os documentos de habilitação são os constantes no Anexo II do edital.

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP?	RESERVA DE COTA PARA ME/EPP?	PRIORIDADE PARA ME/EPP LOCAL OU REGIONAL?	EXIGE AMOSTRA?
NÃO	SIM	NÃO	NÃO

Prazo para envio da proposta definitiva e documentos complementares:

02 (duas) horas após convocação do pregoeiro.

Telefone para contato: (69) 3641-2734

E-mail: [cpl@altafloresta.ro.gov.br](mailto:cpl@altafloresta.ro.gov.br)



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2026**

**Processo nº 566/2026**

**INFORMAÇÕES PRELIMINARES**

**Data da Abertura: 08/06/2026**

**Horário de Início da Sessão: 12h00min (horário de Brasília/DF)**

**Local: no endereço eletrônico: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)**

O MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA D'OESTE, por intermédio do(a) Pregoeiro(a) Oficial, designado(a) pelo Decreto nº 10.979/2025, com sede na Av. Brasil, nº 3044, Bairro Redondo, na cidade de Alta Floresta D'Oeste, Estado de Rondônia, torna público que, devidamente autorizado pelo Prefeito Municipal, na forma do disposto no Processo Administrativo nº 566/2026, realizará, no dia, horário e local indicados neste edital, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO, com julgamento pelo valor do ITEM, realizada por meio da internet, no site: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

Todas as cotações de preços, orçamentos, valores prévios e cálculos de média são de inteira responsabilidade do setor/autarquia que os elaborou, não cabendo qualquer responsabilidade ao(à) Pregoeiro(a) ou à Comissão em relação aos mesmos.

**FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS**

- Endereço: Av. Brasil, nº 3044, Bairro Redondo – Alta Floresta D'Oeste/RO
- Pregoeiro(a): Celia Ferrari Bueno
- E-mail: [cpl@altafloresta.ro.gov.br](mailto:cpl@altafloresta.ro.gov.br)
- Telefone: (69) 3641-2463
- 

Todas as informações oficiais pertinentes à presente licitação poderão ser acessadas gratuitamente nos sites: [www.altafloresta.ro.gov.br](http://www.altafloresta.ro.gov.br) > Portal da Transparência > Licitações (<http://transparencia.altafloresta.ro.gov.br/portalttransparencia/licitacoes>), no portal [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), bem como no mural da Prefeitura de Alta Floresta D'Oeste e no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia – AROM ([www.diariomunicipal.com.br/arom](http://www.diariomunicipal.com.br/arom)).

**1. CONDIÇÕES PRELIMINARES**

- 1.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação em todas as suas fases.
- 1.2. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no sistema LICITANET e as especificações técnicas constantes neste Edital, prevalecerão as disposições do Edital.
- 1.3. Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) Pregoeiro(a) da Prefeitura Municipal de Alta Floresta D'Oeste/RO.
- 1.4. Todos os horários mencionados neste Edital referem-se ao horário oficial de Brasília/DF, salvo disposição expressa em contrário.

**2. DISPOSIÇÕES LEGAIS**

2.1. O certame será regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, com aplicação subsidiária do Decreto Federal nº 10.024/2019, do Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, da Lei Federal nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), da Lei Complementar nº 123/2006 e da Lei Complementar nº 147/2014, bem como pelas disposições constantes neste Edital.

### **3. DO OBJETO**

3.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços terapêuticos multidisciplinares, incluindo avaliação, atendimento, fornecimento de insumos, gestão integrada dos serviços e execução de equoterapia, destinados ao atendimento de pacientes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e TDAH, vinculados ao Fundo Municipal de Saúde de Alta Floresta D'Oeste/RO, através de Pregão Eletrônico, pelo período de 12 (doze) meses.

### **4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES**

4.1. A participação nos itens dar-se-á em conformidade com a legislação vigente.

4.2. Somente poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, os interessados cujo objeto social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciados no site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

4.2.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de cadastro prévio, adquirindo login e senha pessoais e intransferíveis, obtidos junto à LICITANET.

4.2.2. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e do subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da plataforma eletrônica, observados a data e o horário limite estabelecidos.

a) O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os planos disponíveis na plataforma: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

b) O licitante poderá promover sua inscrição e credenciamento para participação no pregão, bem como realizar o cadastramento da proposta inicial de preços.

4.3. A LICITANET atuará como órgão provedor do sistema eletrônico, nos termos firmados com a Prefeitura Municipal de Alta Floresta D'Oeste/RO.

4.4. A ME, EPP, MEI ou empresa equiparada, para fins de habilitação, deverá informar, quando do cadastramento da proposta inicial de preços no sistema, no campo próprio da ficha técnica descritiva do objeto, o seu regime de tributação, para fazer valer o direito de prioridade no desempate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

4.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e da proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital e demais cominações legais.

4.6. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação da proposta implica a submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e em seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo.

4.7. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação das propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não cabendo à Prefeitura Municipal de Alta Floresta D'Oeste/RO, em qualquer hipótese, responsabilidade pelos mesmos. O licitante também é o único responsável pelas transações efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, bem como por eventual desconexão.



4.8. Não poderão participar desta licitação:

- I. Consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
- II. Empresas em recuperação judicial, falência, concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- III. Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- IV. Empresas impedidas de licitar e contratar com o Município de Alta Floresta D'Oeste;
- V. Empresas suspensas temporariamente do direito de licitar e impedidas de contratar com o Município de Alta Floresta D'Oeste;
- VI. Empresas punidas com suspensão temporária do direito de licitar e contratar por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado na imprensa oficial, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;
- VII. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante, ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

4.9. A participação na sessão pública via internet dar-se-á mediante a utilização da senha privativa do licitante.

4.10. Serão aceitas somente cópias legíveis.

4.11. Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preços e à habilitação, inclusive seus anexos, deverão ser apresentados em língua portuguesa, com valores cotados em moeda corrente nacional.

4.12. Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame, quando apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para a língua portuguesa por tradutor juramentado.

4.13. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, ainda que autenticadas, salvo quando expressamente permitidos neste Edital. Admitem-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma ilustrativa da proposta de preços.

4.14. Os licitantes devem estar cientes das condições de participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados.

4.15. O contratado deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4.16. Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pelas Leis Complementares nº 123/2006 e nº 147/2014 deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo(a) Pregoeiro(a) ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e prazos adequados.



## **5. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**

5.1. Nos termos do art. 164 da Lei nº 14.133/2021, os pedidos de esclarecimentos decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e de seus anexos, bem como as informações adicionais necessárias à elaboração das propostas, referentes ao processo licitatório, deverão ser encaminhados ao(à) Pregoeiro(a) até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO, por meio do Sistema LICITANET ou pelo e-mail [cpl@altafloresta.ro.gov.br](mailto:cpl@altafloresta.ro.gov.br).

5.1.1. Ao encaminhar solicitação por e-mail, esta deverá ser confirmada pelo(a) Pregoeiro(a) ou equipe de apoio, por meio do telefone (69) 3641-2463, para que não seja considerada sem efeito.

5.1.2. Os pedidos também poderão ser protocolados presencialmente junto à CPL, situada na Av. Brasil, nº 3044, Bairro Redondo, Alta Floresta D'Oeste/RO, CEP 76.954-000, de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 07h30min às 13h30min (horário de Rondônia), devendo o interessado mencionar o número do Pregão, o ano e o número do processo licitatório.

5.1.3. O(A) Pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

5.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos, bem como as informações que se tornarem necessárias durante o período de elaboração das propostas, ou qualquer modificação introduzida neste Edital, serão divulgadas por meio de avisos, erratas, adendos ou notas de esclarecimento, disponibilizados publicamente a todos os interessados.

5.3. Nos termos do art. 164 da Lei nº 14.133/2021, os pedidos de impugnação ao Edital deverão ser encaminhados ao(à) Pregoeiro(a) até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO, por meio do Sistema LICITANET, pelo e-mail [cpl@altafloresta.ro.gov.br](mailto:cpl@altafloresta.ro.gov.br) ou mediante protocolo presencial junto à CPL, no endereço informado no item 5.1.2.

5.3.1. Ao encaminhar impugnação por e-mail, esta deverá ser confirmada pelo(a) Pregoeiro(a) ou equipe de apoio, por meio do telefone (69) 3641-2463, para que não seja considerada sem efeito.

5.3.2. Caberá ao(à) Pregoeiro(a), auxiliado(a) pela equipe de apoio, decidir sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

5.3.3. A decisão do(a) Pregoeiro(a) quanto à impugnação será informada preferencialmente por e-mail, no endereço informado pelo impugnante, bem como disponibilizada no campo próprio do Sistema Eletrônico LICITANET, ficando o interessado responsável pelo acompanhamento das informações divulgadas.

5.3.4. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, desde que implique alteração na formulação das propostas, será definida e publicada nova data para realização do certame.

## **6. DO CREDENCIAMENTO**

6.1. Para participar do Pregão Eletrônico, o licitante deverá estar devidamente credenciado no sistema "PREGÃO ELETRÔNICO", por meio do site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

6.2. A participação do licitante no Pregão Eletrônico dar-se-á exclusivamente por meio da plataforma eletrônica, devendo manifestar, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

6.3. O acesso do licitante ao Pregão Eletrônico, para efeito de encaminhamento de proposta de preços e formulação de lances sucessivos, somente ocorrerá mediante prévio cadastramento e adesão aos planos elencados na alínea “a” do subitem 4.2.2 deste Edital.

6.4. O login e a senha do licitante poderão ser utilizados em qualquer Pregão Eletrônico, salvo quando suspensos por inadimplência do licitante junto à LICITANET – Licitações On-line, ou cancelados por solicitação do próprio licitante.

6.5. A manutenção ou alteração da senha de acesso será realizada mediante solicitação do licitante junto ao atendimento on-line (chat) do site LICITANET – Licitações On-line, sendo a nova senha encaminhada imediatamente ao e-mail cadastrado.

6.6. Informações complementares para credenciamento poderão ser obtidas pelos telefones: (34) 3014-6633, (34) 99678-7950 e (34) 99807-6633, ou pelo e-mail contato@licitanet.com.br.

6.7. O credenciamento dar-se-á mediante atribuição de chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

6.8. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Prefeitura Municipal de Alta Floresta D'Oeste/RO, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.9. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal, bem como a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.

6.10. Para participação no presente Pregão na condição de ME, EPP ou MEI, bem como para usufruir dos benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar nº 123/2006, a microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual deverá manifestar, em campo próprio do sistema, o pleno atendimento aos requisitos legais para enquadramento nessas condições, nos termos do art. 3º da referida Lei Complementar.

## **7. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

7.1. O julgamento da proposta de preços dar-se-á pelo critério de MENOR PREÇO POR ITEM, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos neste Edital.

7.1.1. Quando o julgamento for por item, o licitante poderá cotar apenas os itens de seu interesse.

7.1.2. Quando o julgamento for por lote, o licitante deverá cotar todos os itens do lote pretendido, sob pena de desclassificação da proposta em relação ao respectivo lote.

7.1.3. Quando o julgamento for global, o licitante deverá cotar todos os itens licitados, sob pena de desclassificação da proposta.

## **8. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS PELO SISTEMA ELETRÔNICO**

- 8.1. Após a divulgação do Edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, proposta contendo a descrição do objeto ofertado e o preço, até o horário limite da sessão pública descrito no preâmbulo deste Edital.
- 8.2. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- I. Valor unitário e total dos itens;
  - II. Marca;
  - III. Fabricante;
  - IV. Descrição detalhada do objeto, indicando, além das especificações técnicas, no que for aplicável, modelo, prazo de validade ou garantia, número de registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.
- 8.3. A etapa de encaminhamento da proposta será encerrada com a abertura da sessão pública.
- 8.4. O envio da proposta ocorrerá mediante utilização de chave de acesso e senha, pessoais e intransferíveis.
- 8.5. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos de habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências deste Edital.
- 8.6. A falsidade da declaração de que trata o item 8.5 sujeitará o licitante às sanções previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.6.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP/MEI ou o conluio entre licitantes, em qualquer momento do certame, inclusive após o encerramento da fase de lances.
- 8.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a abertura da sessão pública.
- 8.8. Na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, não haverá ordem de classificação das propostas, a qual ocorrerá somente após os procedimentos de disputa e julgamento.
- 8.9. As propostas de preços registradas no Sistema LICITANET implicarão plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.
- 8.10. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.
- 8.11. O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e de seus Anexos. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no sistema LICITANET e as especificações constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, prevalecerão estas últimas.
- 8.12. Na proposta de preços registrada/inserida no sistema deverão estar incluídos todos os custos e insumos necessários à execução do objeto, tais como despesas com mão de obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros encargos que incidam direta ou indiretamente sobre a execução do objeto desta licitação.

## **9. DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 9.1. A partir da data e horário definidos para abertura do presente certame, conforme descrito no preâmbulo deste Edital, e em conformidade com as disposições nele contidas, o(a) Pregoeiro(a) abrirá a

sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas neste Edital.

9.1.1. O(A) Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta inserida no campo “Cadastro de Proposta” do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e de seus anexos, podendo, inclusive, ser submetida à análise do órgão requisitante, desclassificando motivadamente aquelas que não estiverem em conformidade, forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

9.2. Os lances serão realizados em conformidade com o art. 56, incisos I e II, da Lei Federal nº 14.133/2021, no modo de disputa ABERTO ou ABERTO E FECHADO, conforme definido e cadastrado no sistema da plataforma LICITANET.

9.3. Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestamente inexecutável, o(a) Pregoeiro(a) justificará, por meio do sistema, e promoverá sua DESCLASSIFICAÇÃO.

9.3.1. O proponente que encaminhar proposta inicial manifestamente inexecutável e não honrar a oferta apresentada terá sua proposta rejeitada na fase de aceitabilidade.

9.3.2. Quando houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preços, será assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, para que, querendo, esclareça a composição do preço ofertado. Caso necessário, poderão ser realizadas diligências, nos termos do § 2º do art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.4. AS LICITANTES DEVERÃO MANTER A IMPESSOALIDADE, NÃO SE IDENTIFICANDO DURANTE A FASE DE LANCES, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO DO CERTAME PELO(A) PREGOEIRO(A).

9.5. Em seguida, ocorrerá o início da etapa de lances, via internet, única e exclusivamente no site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), conforme as disposições deste Edital.

9.6. Todas as licitantes poderão apresentar lances para os itens e/ou lotes cotados, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

9.6.1. Os lances deverão observar as mesmas condições estabelecidas para a proposta de preços, contendo sempre o melhor valor ofertado.

9.6.2. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com valores unitários e totais contendo, no máximo, 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes nos ANEXOS I e III – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso, ao final da fase de lances, haja divergência quanto ao número de casas decimais exigidas, o(a) Pregoeiro(a) poderá convocar a licitante via chat para adequação dos valores e/ou realizar o arredondamento automático para menor, caso a licitante permaneça inerte.

9.7. A abertura da fase de lances via internet será realizada pelo(a) Pregoeiro(a), sendo o Sistema LICITANET responsável pelo encerramento dos prazos aleatórios, prazos adicionais e demais fases do certame, conforme o modo de disputa definido neste Edital.

9.8. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos e inferiores ao último por elas ofertado, observados o horário fixado e as regras de aceitação.

9.9. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances.

9.10. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

9.11. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do



menor lance registrado apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

9.12. Sendo efetuado lance manifestamente inexecutável, o(a) Pregoeiro(a) poderá alertar o proponente, por meio do sistema, acerca do valor ofertado para o respectivo item, podendo excluí-lo, hipótese em que o licitante poderá confirmá-lo ou reformulá-lo.

9.12.1. A exclusão de lance somente será possível durante a fase de lances, conforme funcionalidade disponibilizada pelo sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do item/lote.

9.12.2. O proponente que encaminhar lance com valor aparentemente inexecutável durante o período de encerramento aleatório, sem tempo hábil para exclusão e/ou reformulação, e que posteriormente não honrar a oferta apresentada, terá sua proposta DESCLASSIFICADA na fase de aceitabilidade.

## **10. DO MODO DE DISPUTA**

10.1. No presente certame, o modo de disputa será o ABERTO, nos termos do Decreto Federal nº 10.024/2019.

10.2. Modo de Disputa Aberto (inciso I do art. 31 do Decreto nº 10.024/2019): a etapa de envio de lances na sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

10.2.1. O fornecedor somente poderá encaminhar lance com intervalo mínimo de R\$ 0,01 (um centavo) inferior ao último lance por ele ofertado.

§ 1º. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação.

§ 2º. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no caput e no § 1º, a sessão pública será encerrada automaticamente.

§ 3º. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do § 1º, o(a) Pregoeiro(a), assessorado(a) pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da etapa de envio de lances, mediante justificativa, em prol da obtenção do melhor preço, conforme disposto no parágrafo único do art. 7º do Decreto Federal nº 10.024/2019.

10.3. Modo de Disputa Aberto e Fechado (inciso II do art. 31 do Decreto nº 10.024/2019): a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos.

§ 1º. Encerrado o prazo previsto no caput, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período aleatório de até 10 (dez) minutos, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

§ 2º. Encerrado o prazo de que trata o § 1º, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de menor valor e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar lance final e fechado, no prazo de até 05 (cinco) minutos, sigiloso até o encerramento desse prazo.

§ 3º. Na ausência de, no mínimo, 03 (três) ofertas nas condições previstas no § 2º, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 03 (três), poderão oferecer lance final e fechado no prazo de até 05 (cinco) minutos, mantido o sigilo até o encerramento do prazo.

§ 4º. Encerrados os prazos estabelecidos nos §§ 2º e 3º, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

§ 5º. Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos §§ 2º e 3º, haverá reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de 03 (três), na ordem de classificação, possam ofertar lance final e fechado no prazo de até 05 (cinco) minutos, observado, após esta etapa, o disposto

no § 4º.

§ 6º. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências de habilitação, o(a) Pregoeiro(a), auxiliado(a) pela equipe de apoio, poderá, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do § 5º.

## **11. DA DESCONEXÃO DO(A) PREGOEIRO(A)**

11.1. Na hipótese de desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a), durante a etapa de envio de lances da sessão pública, permanecendo o sistema acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos normalmente, sem prejuízo dos atos realizados.

11.1.1. O(A) Pregoeiro(a), quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

11.1.2. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato aos participantes, por meio do CHAT MENSAGEM no endereço eletrônico utilizado para divulgação no site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

## **12. DO DESEMPATE**

12.1. Após a etapa de envio de lances, haverá aplicação dos critérios de desempate previstos na Lei Complementar nº 123/2006, na Lei Municipal nº 3.696/2016 e, subsidiariamente, do critério estabelecido no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, caso não haja licitante enquadrado nas hipóteses anteriores.

12.1.1. Os mesmos critérios de desempate serão aplicados caso não haja envio de lances na fase competitiva, sendo a proposta inicial considerada vinculativa, caso não tenha sido retirada, conforme art. 26, § 6º, do Decreto nº 10.024/2019.

12.2. Entende-se por empate ficto as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

12.2.1. Na modalidade pregão, o intervalo percentual será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

12.2.2. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos percentuais estabelecidos, a proposta vencedora será definida por sorteio eletrônico entre as propostas empatadas.

12.3. Em caso de empate entre empresas não enquadradas como ME/EPP, o sistema verificará automaticamente a existência de empresa enquadrada como ME/EPP cujo valor do lance seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior ao lance empatado.

12.3.1. Não existindo empresa enquadrada nas condições previstas no item anterior, ou não havendo manifestação de interesse, persistindo o empate, o sistema realizará sorteio eletrônico para desempate.

12.3.2. Existindo empresa enquadrada como ME/EPP nas condições previstas, o sistema convocará automaticamente a mais bem classificada para apresentar lance final. Sendo o valor apresentado inferior ao considerado vencedor do certame, esta será declarada vencedora.

12.3.3. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na mesma hipótese, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

12.4. Ocorrendo empate em itens de participação exclusiva ou cotas reservadas para ME/EPP/MEI, será

assegurada preferência às empresas sediadas local, regional ou estadualmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, conforme disposições deste Edital.

12.4.1. Caso as empresas empatadas possuam o mesmo critério de preferência, a proposta vencedora será definida por sorteio eletrônico entre as propostas empatadas.

### **13. DA NEGOCIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS**

13.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, visando à obtenção de proposta mais vantajosa, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

§ 1º. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

13.2. Após a finalização dos lances, negociações e atualizações de preços, o(a) Pregoeiro(a) examinará a compatibilidade dos valores ofertados em relação ao estimado para contratação, apurado pelo setor responsável, bem como verificará se os valores unitários e totais apresentam, no máximo, 02 (duas) casas decimais.

13.2.1. O(A) Pregoeiro(a) não aceitará proposta final cujo preço seja superior ao valor estimado para contratação, apurado pelo setor competente, nos termos do art. 59, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

13.2.2. Serão aceitos somente valores em moeda corrente nacional (R\$), com preços unitários e totais contendo, no máximo, 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso a licitante apresente valores divergentes do exigido, o(a) Pregoeiro(a) poderá convocá-la para adequação dos valores e/ou realizar o arredondamento automático para menor, caso a licitante permaneça inerte.

### **14 .DA PROPOSTA DE PREÇOS**

14.1 Se a proposta de preços não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de proposta que atenda ao Edital.

14.2 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades estabelecidas neste Edital.

14.2.1 A desistência de apresentar lance implicará a exclusão da licitante da etapa de lances, permanecendo válido o último preço por ela apresentado.

14.3 O Pregoeiro poderá solicitar prospecto, folder, catálogo, encartes, folhetos técnicos ou links oficiais do objeto, com a finalidade de avaliar a compatibilidade do item ofertado, sob pena de desclassificação em caso de descumprimento das exigências ou do prazo estipulado.

14.4 Nos casos em que o Pregoeiro constatar a existência de erros numéricos nas propostas de preços, desde que não sejam significativos, proceder-se-á às correções necessárias para a apuração do preço final da proposta, observando-se as seguintes disposições:

14.4.1 Havendo divergência entre o preço final registrado em algarismos e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último.

14.4.2 Havendo divergência nos subtotais decorrentes da multiplicação dos quantitativos pelos preços unitários, o Pregoeiro procederá à correção dos subtotais, mantendo os preços unitários e alterando, em consequência, o valor total da proposta.

14.4.3 Diante de divergências claramente decorrentes de erro de digitação ou preenchimento, o Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar a correção da proposta.

### **15. DA DOCUMENTAÇÃO HABILITATÓRIA**

15.1 A relação dos documentos exigidos para comprovação da habilitação do licitante no presente certame encontra-se no Anexo II deste Edital.

15.2 A habilitação do licitante será comprovada mediante consulta da documentação especificada neste Edital.

15.3 A consulta deverá comprovar que o licitante encontrava-se regular na data marcada para abertura das propostas.

15.4 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

15.5 Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

I. Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz;

II. Se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, comprovadamente, forem emitidos apenas em nome da matriz;

III. Se o licitante for matriz, mas a executora do objeto deste Edital ou a emissora da fatura/nota fiscal for filial, os documentos deverão ser apresentados em nome de ambas, matriz e filial.

15.6 A Administração, por meio da Comissão ou servidor(es) designado(s), poderá, caso haja necessidade, diligenciar para certificação da veracidade das informações acima, bem como de quaisquer outras prestadas pela empresa licitante durante o certame, sujeitando o emissor às penalidades previstas em lei caso seja constatada a prestação de informações inverídicas.

## **16. DA HABILITAÇÃO**

16.1 Encerrada a fase de lances e negociação, o(a) Pregoeiro(a) solicitará do licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar o envio da Documentação de Habilitação elencada no Anexo II do presente Edital, observado o prazo máximo de até 02 (duas) horas, conforme o § 2º do art. 38 do Decreto Federal nº 10.024/2019.

16.1.1 A critério da Administração, o prazo poderá ser prorrogado por igual período, mediante justificativa.

16.2 O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar também a proposta de preços adequada ao último valor ofertado, devidamente preenchida na forma do Anexo IV – Modelo de Proposta Definitiva.

16.2.1 O encaminhamento será realizado por meio do módulo HABILITANET, disponível no rol de menus da Sala de Disputa, dentro do prazo estabelecido, após a fase de lances.

16.2.2 Poderá ainda ser utilizado, em substituição, o relatório de Proposta Final expedido pelo sistema LICITANET, sem prejuízo ao procedimento licitatório.

16.3 A proposta final corrigida e atualizada ao último valor ofertado terá validade mínima de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de sua entrega.

16.4 O preenchimento da Proposta Final deverá seguir rigorosamente a ordem e numeração dos itens constantes no Anexo III – Estimativa de Custos.

16.5 O licitante será inteiramente responsável por todas as transações realizadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subseqüentes lances, se for o caso, conforme inciso III do art. 13 do Decreto nº 10.024/2019, bem como pelo acompanhamento das operações durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, nos termos do inciso IV do art. 13 do referido Decreto.

16.6 Todos os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, conforme disposto no art. 43 do Decreto Federal nº 10.024/2019, inclusive quando a legislação ou o edital exigirem apresentação de planilha de composição de preços.

16.7 O Pregoeiro poderá suspender a sessão para análise da documentação de habilitação.

16.8 Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta, ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus anexos, o Pregoeiro poderá considerar o proponente inabilitado.

16.9 A Administração não se responsabiliza pela perda de negócios decorrente da ausência de documentos exigidos para habilitação que possam ser emitidos gratuitamente via internet, quando houver problemas técnicos nos sistemas ou quaisquer outros, sendo de inteira responsabilidade das licitantes a apresentação dos documentos legalmente exigíveis quando da convocação.

16.10 Os documentos deverão possuir validade expressa ou estabelecida em lei. Na omissão, serão considerados válidos os emitidos nos últimos 90 (noventa) dias para a Certidão de Falência e Recuperação Judicial e os emitidos nos últimos 60 (sessenta) dias para os demais documentos.

16.11 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos exigidos neste Edital e seus anexos.

16.12 Será assegurada às empresas que tenham declarado, sob as penas da lei, a condição de ME/EPP e que não incidam nas hipóteses de desenquadramento, a possibilidade de regularização da documentação relativa à regularidade fiscal, na forma prevista no art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

16.13 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, ainda que contenha alguma restrição.

16.13.1 Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, bem como emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

16.13.2 A não regularização da documentação, no prazo previsto nos itens anteriores, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no § 2º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para retirada da Nota de Empenho, assinatura do contrato ou revogação da licitação.

16.14 A Administração reserva-se o direito de diligenciar, a qualquer momento, para verificar a validade e autenticidade de qualquer certidão apresentada. Havendo divergência, será considerada válida pela Administração a certidão emitida com data mais recente.

16.15 Também em sede de diligência, havendo dúvidas quanto à veracidade dos documentos apresentados para habilitação ou sua compatibilidade com as exigências editalícias, poderá ser solicitada a apresentação de documentos complementares, tais como: contrato, notas de empenho, notas fiscais ou outros considerados pertinentes.

16.16 Nos casos em que o objeto social cadastrado se mostrar confuso, dúbio ou pouco objetivo, o Pregoeiro poderá promover diligência com a finalidade exclusiva de verificar se a licitante atua em ramo compatível com o objeto da presente licitação.

16.17 Na fase de habilitação, após aceita e comprovada a documentação de habilitação, o Pregoeiro habilitará a licitante em campo próprio do sistema eletrônico.

## 17. DOS RECURSOS

17.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

17.2 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo de 10 (dez) minutos, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema eletrônico, manifestar sua intenção de recorrer.

17.3 A ausência de manifestação imediata e motivada da intenção de recurso quanto ao resultado do certame importará na preclusão do direito recursal, autorizando a adjudicação do objeto à licitante vencedora.

17.4 O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou rejeitando-a motivadamente, em campo próprio do sistema. Recursos imotivados ou manifestamente insubsistentes não serão recebidos.

17.5 O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá apresentar as razões recursais em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, conforme previsto no § 2º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, nos termos do § 4º do mesmo artigo, contado do término do prazo do recorrente.

17.6 Os recursos serão dirigidos à Secretaria solicitante, por intermédio do Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de até 10 (dez) dias úteis ou, nesse mesmo período, encaminhá-los devidamente informados para apreciação e decisão da autoridade competente.

17.7 O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.8 Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

17.9 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sala da CPL, na sede do Município de Alta Floresta D'Oeste/RO, no endereço anteriormente mencionado.

## **18 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

18.1 Atendidas as especificações do Edital, estando habilitada a licitante e tendo sido aceito o menor preço apurado, o Pregoeiro declarará a(s) empresa(s) vencedora(s) do(s) respectivo(s) ITENS/LOTES e encaminhará os autos para adjudicação pela autoridade competente.

18.1.1 Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes.

18.1.2 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

18.2 A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão em ata divulgada no Sistema Eletrônico [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

18.3 A adjudicação do objeto do presente certame será realizada pelo Pregoeiro e efetuada pela Autoridade Competente.

18.4 A homologação da licitação é de responsabilidade da Autoridade Competente e será realizada após a adjudicação.

18.5 Quando houver recurso e o Pregoeiro mantiver sua decisão, esta deverá ser submetida à Autoridade Competente para decisão acerca dos atos praticados.

18.6 Independentemente da forma de julgamento (por ITEM, LOTE ou GLOBAL), o objeto deste Pregão será adjudicado POR ITEM ao licitante vencedor.

## **19 DA COMUNICAÇÃO COM O FORNECEDOR**

19.1 A convocação da licitante será realizada por meio da emissão e encaminhamento da ordem de fornecimento ou outro instrumento equivalente à adjudicatária.

19.2 A convocação será realizada, preferencialmente, via e-mail (informado pela adjudicatária em sua proposta), com aviso de recebimento, acompanhada do contrato ou documento equivalente para impressão, assinatura e devolução via postal. Por meio do mesmo endereço eletrônico, a CONTRATANTE enviará as comunicações necessárias durante a vigência contratual.

19.3 O prazo para assinatura e devolução será de até 3 (três) dias úteis, contados da confirmação do recebimento do e-mail, nos termos do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

19.4 A adjudicatária localizada na cidade de Alta Floresta D'Oeste/RO poderá, facultativamente, realizar a entrega na sede da Prefeitura Municipal de Alta Floresta D'Oeste, localizada na Av. Brasil, nº 3044, Bairro Redondo, no prazo acima estabelecido.

19.5 Apenas em caso de impossibilidade total de utilização de e-mail, será realizada a remessa dos documentos via postal para assinatura da adjudicatária.

19.6 As comunicações oficiais referentes à presente contratação poderão ser realizadas por meio de e-mail corporativo, reputando-se válidas aquelas enviadas ao endereço eletrônico informado na proposta ou nos documentos apresentados pelo contratado.

19.7 A ciência do ato ocorrerá na data de confirmação da leitura pelo destinatário, sendo considerada válida, na ausência de confirmação, a comunicação após o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da data do envio.

19.8 Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato, não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, conforme § 2º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

19.9 Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

19.10 Nos termos do § 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021, na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 19.8, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

I - Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, ainda que acima do preço do adjudicatário;

II - Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

19.11 A recusa da adjudicatária em assinar a ARP no prazo informado, durante a vigência da proposta, caracterizará inexecução total da obrigação assumida, sujeitando-a à aplicação das penalidades previstas neste Edital e na legislação vigente, conforme § 5º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

## **20 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

20.1 As despesas oriundas da contratação em tela correrão à conta da seguinte dotação

## **21 DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

21.1 O contratado obriga-se a fornecer o objeto a ele adjudicado, conforme as especificações e condições contidas neste Edital, em seus anexos e na proposta apresentada, independentemente de transcrição, prevalecendo, em caso de divergência, as disposições constantes no Instrumento Convocatório.

21.2 Quaisquer vantagens apresentadas pelo licitante vencedor em sua proposta de preços, desde que pertinentes e aceitas pela Administração, poderão ser incorporadas à contratação, passando a constituir obrigação do contratado.

21.3 A execução dos compromissos assumidos pela participação no certame, bem como os casos omissos no edital e no contrato, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do art. 89, combinado com o inciso III do art. 92, ambos da Lei nº 14.133/2021.

21.4 Fica vedada a transferência ou cessão do contrato.

21.5 É vedada a subcontratação total do objeto deste Pregão, sendo admitida a subcontratação parcial apenas em casos excepcionais, mediante prévia anuência da Administração.

21.6 Constituem cláusulas contratuais, a serem observadas durante a execução do objeto, as obrigações previstas neste edital, inclusive aquelas descritas detalhadamente nos anexos do Instrumento Convocatório.

21.7 O contratado fica obrigado a aceitar alterações quantitativas previstas em edital, no limite de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, sem alteração dos preços contratados, conforme disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

## **22 DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO**

22.1 Em conformidade com o art. 140, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, o objeto da presente licitação será recebido:

I - Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações, mediante termo de recebimento provisório emitido pelo servidor responsável pelo recebimento, no verso da fatura/nota fiscal ou em Termo de Recebimento Provisório; e

II - Definitivamente, mediante Termo de Recebimento, após verificação da conformidade e consequente aceitação pelo fiscal do contrato ou comissão designada.

22.2 Em conformidade com o § 1º do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, caso seja constatada execução incompleta ou em desacordo com as condições avençadas, o prazo para recebimento definitivo será interrompido até a regularização da situação, nos termos do art. 119 da referida Lei.

22.3 O objeto será rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta apresentada, devendo ser reparado, corrigido ou substituído, conforme previsto no Termo de Referência, às expensas da contratada e sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis. Nessa hipótese, ficará interrompido o prazo para recebimento definitivo até a regularização.

22.4 Caso o objeto seja rejeitado, o termo de recebimento provisório perderá todos os efeitos jurídicos, inclusive os relacionados à purgação de eventual mora contratual.

22.5 Se o particular realizar a substituição, adequação e/ou reparos necessários dentro do prazo estipulado, o objeto será novamente recebido provisoriamente e, posteriormente, definitivamente, após verificação da conformidade com os termos pactuados.

22.6 Caso se verifique a impossibilidade de adequação do objeto ou, ainda, que mesmo após concedido prazo para reparações não tenha sido alcançado o resultado esperado, poderá ocorrer a rescisão unilateral do contrato, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como a aplicação das penalidades previstas no art. 137 da referida Lei, assegurados o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo próprio.

22.7 O pagamento será efetuado de acordo com as quantidades solicitadas, mediante ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pelo contratado, à vista da fatura/nota fiscal devidamente certificada, sendo realizadas as retenções tributárias previstas na legislação aplicável.

22.8 O pagamento será efetuado conforme disposto no Termo de Referência, contados da apresentação da fatura/nota fiscal.

22.9 Considerar-se-á como data do pagamento a data de emissão da ordem bancária.



22.10 A nota fiscal ou nota fiscal-fatura deverá ser entregue na sede do contratante, aos cuidados do fiscal do contrato.

22.11 Deverá acompanhar a fatura toda a documentação necessária à comprovação da manutenção das condições de habilitação exigidas no certame.

22.12 Faculta-se à Administração, quando viável, verificar a manutenção das condições de habilitação do contratado por meio de consulta a sítios oficiais dos órgãos emissores de certidões.

22.13 O pagamento somente será efetuado mediante aceite/certificação do fiscal do contrato na fatura/nota fiscal e desde que a documentação da empresa esteja regular. Caso a fatura/nota fiscal seja apresentada com irregularidades, ou a documentação da empresa esteja irregular, o prazo para pagamento ficará suspenso até a regularização, sem qualquer ônus para o Município de Alta Floresta D'Oeste.

22.14 Sanadas as irregularidades, o prazo para pagamento será reiniciado a partir da data de protocolo da comunicação formal da regularização pelo contratado.

22.15 O contratante poderá sustar o pagamento de qualquer fatura, no todo ou em parte, nos seguintes casos:

I - Existência de qualquer débito para com o contratante; e

II - Execução do objeto em desacordo com as condições contratadas.

23 DAS PENALIDADES (Art. 92, inciso XIV, e arts. 155 ao 163 da Lei nº 14.133/2021)

23.1 As sanções e penalidades serão aplicadas ao responsável por infrações administrativas, conforme disposto no Item 15 do Termo de Referência.

## **24 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

24.1 A licitação na modalidade Pregão observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, bem como os princípios correlatos da razoabilidade, competitividade e proporcionalidade.

24.2 A licitante deverá assumir todos os custos de elaboração da proposta, não sendo o Município de Alta Floresta D'Oeste/RO, em qualquer hipótese, responsável por tais despesas, independentemente do resultado da licitação.

24.3 A Administração poderá, a qualquer tempo e antes da sessão inaugural, promover alterações neste procedimento licitatório, fornecendo o correspondente adendo a todas as interessadas, sendo-lhe facultado, quando necessário, adiar a data de recebimento das propostas e documentações.

24.4 As omissões eventualmente existentes neste instrumento convocatório serão sanadas pelo Pregoeiro, observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes, bem como as diretrizes expedidas pelos órgãos financiadores.

24.5 A critério do Município de Alta Floresta D'Oeste/RO, esta licitação poderá:

24.5.1 Ser anulada, de ofício ou mediante provocação de terceiros, em caso de ilegalidade, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

24.5.2 Ser revogada, por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta;

24.5.3 Ter a data de abertura transferida por conveniência exclusiva da Administração.

24.6 Será observado, ainda, quanto ao procedimento desta licitação:

24.6.1 A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, conforme disposto na Lei Federal nº 14.133/2021;

24.6.2 A nulidade do procedimento licitatório induz à nulidade do empenho, ressalvado o disposto no item anterior; e

24.6.3 No caso de desfazimento do processo licitatório, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

24.7 O presente Edital, seus anexos e a proposta da licitante vencedora integrarão o contrato como se nele estivessem transcritos, prevalecendo, contudo, o valor ofertado em lance ou negociação.

24.8 Em casos excepcionais, o Pregoeiro poderá ampliar o prazo para recebimento de documentos, desde que tal medida não prejudique o interesse público.

24.9 As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

24.10 As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.11 As normas deste Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

24.12 A declaração e a adjudicação da licitante vencedora não implicarão direito à contratação nem obrigatoriedade de aquisição do objeto.

24.13 Para efeito de contratação, aquisição e pagamento, prevalecerá o menor preço registrado em ata.

24.14 Havendo conflito de interpretação entre as disposições do Edital e de seus anexos, prevalecerá, nesta ordem: o Edital, o Termo de Referência, a Minuta do Contrato e os demais anexos.

24.15 Em caso de divergência quanto ao quantitativo, prevalecerá o constante no ANEXO III – Estimativa de Custos.

24.16 Aos casos omissos aplicam-se as demais disposições constantes da Lei Federal nº 14.133/2021.

24.17 Não havendo expediente na data prevista, ou ocorrendo fato que impeça a realização do certame, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o horário e local anteriormente estabelecidos, salvo disposição em contrário.

24.18 Dos atos praticados, o sistema gerará ata circunstanciada contendo todos os registros e ocorrências relevantes do procedimento, disponível para consulta no endereço eletrônico [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

24.19 A LICITANET – Licitações On-line não se responsabiliza pelas obrigações assumidas pelo fornecedor junto ao licitador, especialmente quanto à entrega dos bens, prestação dos serviços e quitação financeira da negociação realizada.

24.20 Informações complementares poderão ser obtidas no horário das 7h30 às 13h30 (horário local), pelo telefone (69) 3641-2463 ou pelo e-mail [cpl@altafloresta.ro.gov.br](mailto:cpl@altafloresta.ro.gov.br). O edital e seus anexos encontram-se disponíveis nos endereços eletrônicos [www.altafloresta.ro.gov.br](http://www.altafloresta.ro.gov.br) e [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

## **25 DOS ANEXOS**

25.1 Fazem parte integrante deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO II – Condições para Habilitação;

ANEXO III – Quadro Estimativo de Custos;

ANEXO IV – Modelo de Proposta Comercial;

ANEXO V – Modelo de Declaração Conjunta;

ANEXO VI – Minuta do Contrato.

Alta Floresta D Oeste, 18 de junho de 2026..

# TERMO DE REFERÊNCIA – LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021.

MODELO AGU COMPRAS VERSÃO DEZEMBRO / 2025

(Processo Administrativo nº 566 / 2026)

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços terapêuticos multidisciplinares, incluindo avaliação, atendimento, fornecimento de insumos, gestão integrada dos serviços e execução de equoterapia, destinados ao atendimento de pacientes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e TDAH, vinculados ao Fundo Municipal de Saúde de Alta Floresta D'Oeste/RO, através de Pregão Eletrônico, pelo período de 12 (doze) meses. nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE 01						
Item	Unid.	Descrição	Serviços	Quant. Estimada anual	Preço médio unitário	Preço médio total
01	Sessão	Sessão com profissional duração mínima de 45 Min. para atendimento de transtorno espectro autista.	Execução das intervenções terapêuticas prescritas no PTS. O serviço compreende: Psicoterapia (TCC), Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional (com foco em AVDs), Psicomotricidade, Psicopedagogia, Eequoterapia e Educador Físico. As sessões devem ser realizadas com frequência mínima de 45 minutos por sessão, priorizando metodologias com evidência científica. Inclui obrigatoriamente o Treinamento e Orientação de Pais/Cuidadores e reuniões de alinhamento com a rede de ensino do município.	11263	R\$ 230,00	R\$ 2.590.490,00



## ALTA FLORESTA D'OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

02	Avaliação	Avaliação multiprofissional, equipe composta por (Pedagogo Analista do Comportamento, Neuropsicólogo Analista do Comportamento, Fonoaudiólogo Especialista em Reabilitação e Tecnologia e Médico Pediatra e/ou Neurologista Especialista em TEA e TDAH), elaboração de relatórios individuais e integrado, e em caso necessário emissão de laudo que ateste a condição de TEA e TDAH - Avaliação Multiprofissional em casos de hipótese de Transtorno do Espectro Autista - TEA, e Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade TDAH.	Avaliação Multiprofissional em casos de hipótese de Transtorno do Espectro Autista – TEA, Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade TDAH.	104	R\$ 3.933,33	R\$ 409.066,32
----	-----------	--	---	-----	-----------------	-------------------

**VALOR TOTAL**  
**2.999.556,32**

**R\$**

1.2 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4 O prazo de vigência é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma



- 1.5 Este Termo de Referência tem como objeto a contratação de uma equipe multidisciplinar qualificada para a prestação de serviços especializados, visando o atendimento de pacientes diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH), e a avaliação multiprofissional de casos encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde de Alta Floresta D'Oeste - RO.
- 1.6 A contratação é fundamentada nas necessidades identificadas no município, onde a crescente demanda por diagnósticos e tratamentos para TEA e TDAH exige serviços integrados e de alta qualidade, alinhados às diretrizes de saúde pública e às especificidades do tratamento de indivíduos com TEA e TDAH. Este documento foi elaborado com base nos estudos e análises detalhadas descritos no Documento de Formalização de Demanda (DFD) e no Estudo Técnico Preliminar (ETP), que evidenciam a importância de uma abordagem multidisciplinar para garantir a eficácia dos tratamentos e avaliações.
- 1.7 A equipe contratada será responsável por oferecer atendimento terapêutico especializado em TEA e TDAH, que inclui Psicoterapia (TCC), Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional (com foco em AVDs), Psicomotricidade, Psicopedagogia, Equoterapia e Educador Físico, além de realizar avaliações multiprofissionais em casos de suspeita de TEA e TDAH com equipe avaliadora formada por (Pedagogo Especialista em Análises do Comportamento, Equoterapia, Neuropsicólogo Analista do Comportamento, Fonoaudiólogo Especialista em Reabilitação e Tecnologia e Médico Pediatra e/ou Neurologista Especialista em TEA e TDAH). O objetivo é proporcionar um atendimento integrado e contínuo, que assegure o desenvolvimento e bem-estar dos pacientes, respeitando as normas técnicas, regulamentações e diretrizes aplicáveis ao setor de saúde.
- 1.8 A prestação desses serviços será realizada em conformidade com os padrões exigidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Alta Floresta D'Oeste - RO, assegurando que os pacientes recebam o suporte necessário em instalações adequadas e com os recursos tecnológicos apropriados para a condução das terapias e avaliações.
- 1.9 O objetivo primário de assegurar um atendimento especializado adequado e integrado para pacientes diagnosticados com hipótese e diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA) Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH). é promover primariamente a equidade no sistema de saúde municipal, direito que se encontra prejudicado pela falta do serviço no quadro de serviços de saúde ofertados no município. Por conseguinte, outros resultados como adequação, modernização e fortalecimento dos serviços de saúde do município de Alta Floresta D'Oeste - RO serão alcançados, bem como os seguintes resultados:
- a) **Proporcionar Atendimento Multidisciplinar Especializado:** Garantir que os pacientes com TEA e TDAH tenham acesso a uma equipe de profissionais especializados, incluindo Psicoterapia (TCC), Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional (com foco em AVDs), Psicomotricidade, Psicopedagogia, Equoterapia e Educador Físico, que possam fornecer um

tratamento abrangente e integrado. Esse atendimento deve ser baseado no método ABA e em outras práticas terapêuticas reconhecidas.

- b) **Melhorar o Diagnóstico Precoce e Acurado:** Estabelecer processos eficazes de avaliação multiprofissional para identificar precocemente casos de TEA e TDAH, assegurando um diagnóstico preciso e permitindo a elaboração de planos de tratamento individualizados e adequados. Garantindo a terapia e os direitos e benefícios para a pessoa e familiares da pessoa neurodivergente.
- c) **Desenvolver Habilidades Cognitivas, Sociais e Comunicativas Promover o desenvolvimento das capacidades cognitivas, sociais e de comunicação dos pacientes com TEA e TDAH** através de intervenções terapêuticas personalizadas, visando à melhoria da qualidade de vida e à inclusão social dos indivíduos atendidos.
- e) **Garantir a Continuidade e Regularidade do Tratamento:** Assegurar que os pacientes tenham acesso contínuo e regular aos serviços contratados, evitando interrupções no tratamento que possam comprometer o progresso e bem-estar dos pacientes.
- f) **Reduzir a Judicialização da Saúde:** Diminuir a necessidade de judicialização para obtenção de tratamentos especializados, ao garantir que o município ofereça serviços de saúde adequados e suficientes para atender às demandas da população com TEA e TDAH.
- g) **Fortalecer a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS):** Integrar os novos serviços à Rede de Atenção Psicossocial do município, promovendo uma articulação eficaz entre os diferentes níveis de atenção à saúde e garantindo um cuidado contínuo e coordenado para os pacientes.
- h) **Apoiar as Famílias e Cuidadores:** Oferecer suporte e orientação às famílias e cuidadores dos pacientes com TEA e TDAH, fornecendo informações sobre o transtorno, estratégias de manejo e recursos disponíveis, para que possam contribuir ativamente no processo terapêutico e no desenvolvimento dos pacientes.
- i) **Promover a Inclusão Escolar e Social:** Facilitar a integração dos pacientes com TEA e TDAH no ambiente escolar e social, através de intervenções que melhorem suas habilidades de interação e adaptação, garantindo seu direito à educação e à participação plena na comunidade.
- j) **Monitorar e Avaliar os Resultados do Tratamento:** Implementar um sistema de monitoramento e avaliação contínua dos tratamentos fornecidos, com o objetivo de ajustar e melhorar as intervenções conforme necessário, garantindo que os pacientes alcancem os melhores resultados possíveis.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.2 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência, no

---

qual propõe a contratação adequada as necessidades da secretaria de saúde do município.

2.3 A crescente demanda por acolhimento, diagnóstico e tratamento de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH) no município de Alta Floresta D'Oeste - RO reflete o cenário nacional, onde a necessidade de serviços especializados para essa população é cada vez mais evidente. A ausência de tais serviços no município tem levado a um aumento significativo na judicialização de casos, onde munícipes recorrem ao sistema judiciário para exigir o atendimento adequado às suas necessidades de saúde. Essa situação não só evidencia uma lacuna crítica no sistema de saúde local, como também gera um ônus financeiro e administrativo para o município, que precisa responder a essas demandas judiciais. Diante desse contexto, a contratação dos serviços especializados descritos se torna não apenas justificável, mas necessária e urgente. Este Termo de Referência se insere no contexto da adequação, modernização e fortalecimento dos serviços de saúde do município, com o objetivo de assegurar um atendimento especializado adequado e integrado para pacientes diagnosticados com hipótese e diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH). A contratação de uma equipe de avaliação multiprofissional e equipe terapêutica multidisciplinar qualificada é fundamental para oferecer um tratamento eficaz e abrangente, conforme as especificações detalhadas no Documento de Formalização de Demanda (DFD) e no Estudo Técnico Preliminar (ETP). Com o serviço de avaliação multiprofissional o poder público municipal se solidariza com a necessidade de diagnósticos precisos para indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH) uma vez que este diagnóstico é fundamental para garantir que cada paciente receba a intervenção mais adequada e eficaz. Assegurando também que pessoas neurodivergentes e suas famílias tenham acesso equitativo aos direitos e serviços públicos da condição de uma pessoa (TEA e TDAH), conforme garantido pela legislação. Contudo, a busca pelo serviço de diagnósticos precisos equaliza e esclarece o caminho de criar, manter, consolidar e ampliar políticas públicas que possam ser direcionadas de forma justa e eficiente, promovendo a inclusão e a igualdade de oportunidades para as pessoas neurodivergentes. A contratação por parte da secretaria municipal de higiene e saúde de uma equipe multidisciplinar especializada em ABA (Applied Behavior Analysis) é justificada pela necessidade de oferecer um tratamento integral e personalizado para pacientes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH). A abordagem ABA é amplamente reconhecida por sua eficácia na promoção de habilidades adaptativas e na redução de comportamentos desafiadores. Uma equipe composta por profissionais de diferentes áreas, como Psicoterapia (TCC), Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional (com foco em AVDs), Psicomotricidade, Psicopedagogia, Equoterapia e Educador Físico, permite uma intervenção coordenada e abrangente, garantindo que diversas dimensões do desenvolvimento do paciente sejam cuidadosamente abordadas. Essa integração é essencial para alcançar resultados evolutivos-significativos e para assegurar que cada paciente receba o cuidado mais completo e eficaz possível. Todas as especificações técnicas e operacionais contidas neste Termo de Referência foram estabelecidas com o intuito de proporcionar um atendimento de qualidade, que atenda às necessidades específicas dos

---

pacientes com TEA e TDAH. A escolha pela contratação de uma única equipe multidisciplinar é estratégica para evitar conflitos de responsabilidade entre diferentes fornecedores, que poderiam comprometer a qualidade e a agilidade do atendimento. A coordenação centralizada por um único fornecedor garante que todas as necessidades dos pacientes sejam atendidas de maneira integrada, evitando atrasos e problemas na gestão do tratamento. Dessa forma, a contratação proposta contribui significativamente para a melhoria dos serviços de saúde oferecidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Alta Floresta D'Oeste, assegurando um atendimento especializado, contínuo e de alta qualidade para os pacientes diagnosticados com TEA e TDAH.

2.4 O objeto da contratação, conforme informado no ETP, não está previsto no Plano Plurianual do presente exercício, tendo em vista que sua origem decorre de recurso proveniente de Emenda Parlamentar, formalizada por meio de plano de trabalho pactuado entre o Governo do Estado de Rondônia, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde – SESAU, e o Município de Alta Floresta D'Oeste.

2.5 A contratação decorre da execução das metas pactuadas no Convênio nº 133/2026/PGE-SESAU e respectivo Plano de Trabalho aprovado pela SESAU/RO.

### **3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### **4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Para garantir que a contratação de serviços especializados para o diagnóstico e tratamento de pacientes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH) atenda de maneira eficaz e adequada às necessidades da população de Alta Floresta D'Oeste - RO, é essencial que os requisitos da contratação sejam amplamente detalhados e alinhados com as normas legais e os melhores padrões de prática profissional.

A seguir, descrevem-se os principais requisitos a serem observados:

#### **4.1 Qualificação Técnica e Experiência dos Profissionais Terapeutas:**

a) **Formação e Especialização:** Os profissionais envolvidos na prestação dos serviços de terapia continuada devem possuir formação acadêmica adequada e reconhecida nas áreas de Psicoterapia (TCC), Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional (com foco em AVDs), Psicomotricidade, Psicopedagogia, Equoterapia (profissional com curso certificado pela ANDE BRASIL, ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EQUOTERAPIA) e Educador Físico. Além disso, é imprescindível que tenham especialização ou capacitação comprovada no método ABA (Applied Behavior Analysis).

b) **Experiência Prévia:** Os prestadores de serviço devem ter experiência comprovada no

---



atendimento a pacientes com TEA e TDAH, preferencialmente em contextos de saúde pública ou programas específicos para essa população. A comprovação de resultados positivos em intervenções anteriores será um diferencial importante.

c) **Capacitação Contínua:** A empresa contratada deverá garantir a capacitação contínua de sua equipe, mantendo os profissionais atualizados sobre as melhores práticas e novas abordagens terapêuticas no tratamento de TEA e TDAH.

#### **42 Qualificação Técnica e Experiência dos Profissionais da Equipe de Avaliação Multiprofissional:**

a) **Formação e Especialização:** A equipe de avaliação multiprofissional deverá ser composta por profissionais das seguintes áreas: Pedagogo Analista do Comportamento, Neuropsicólogo Analista do Comportamento, Fonoaudiólogo Especialista em Reabilitação e Tecnologia e Médico Pediatra e/ou Neurologista Especialista em TEA e TDAH. Todos os profissionais envolvidos na prestação do serviço de avaliação multiprofissional devem possuir formação acadêmica adequada e reconhecida. Todas as especialização e capacitação descritas deverão ser comprovadas por certificados e diplomas em nome do profissional.

b) **Experiência Prévia:** Os prestadores de serviço devem ter experiência comprovada no atendimento a pacientes com TEA e TDAH, preferencialmente em contextos de saúde pública ou programas específicos para essa população. A comprovação de resultados positivos em intervenções anteriores será um diferencial importante.

c) **Capacitação Contínua:** A empresa contratada deverá garantir a capacitação contínua de sua equipe, mantendo os profissionais atualizados sobre as melhores práticas e novas abordagens terapêuticas no tratamento de TEA e TDAH.

#### **43 SERVIÇOS CONDIÇÕES DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS**

##### **43.1 Sobre as Sessões Terapêuticas Individualizadas – Equipe Multidisciplinar**

a) Os serviços contratados devem incluir sessões individualizadas de Psicoterapia (TCC), Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional (com foco em AVDs), Psicomotricidade, Psicopedagogia, Equoterapia e Educador Físico, baseadas no método ABA (Applied Behavior Analysis). As sessões devem ser planejadas e executadas conforme as necessidades específicas de cada paciente, com metas claras e acompanhamento regular.

b) As sessões de terapias individualizadas devem ter duração mínima de 45 minutos cada paciente e poderá utilizar até 04 (quatro) sessões semanais, a depender de cada paciente, que será definida através de um plano de tratamento adequado às necessidades específicas do paciente.

c) A Empresa Contratada será responsável por disponibilizar a equipe multidisciplinar completa em horários previamente agendados. No entanto, a Secretaria de Saúde determinará a quantidade final de terapias e os profissionais necessários para cada paciente, seguindo rigorosamente as prescrições do médico responsável.

d) Cada profissional deverá elaborar o melhor plano terapêutico, integrando elementos

---

tecnológicos nas sessões (incluindo aplicativo para acompanhamento de todos os profissionais e fiscal do contrato indicado pela Secretaria), socialização ou atividades específicas dentro de sua área de atuação, sempre que possível, utilizando-se dos relatórios do paciente como referência.

e) Cada profissional deve produzir um relatório mensal de evolução para cada paciente atendido. A contratada será responsável por integrar esses relatórios quando o paciente estiver sendo atendido por mais de uma especialidade.

f) Em caso de evolução satisfatória do paciente, este poderá ser dispensado de uma ou mais especialidades terapêuticas. O profissional responsável emitirá um relatório de "Alta" terapêutica em sua especialidade, detalhando a evolução e os ganhos do paciente. A Secretaria de Saúde será notificada para tomar as medidas cabíveis.

#### **4.3.2 Sobre as Avaliações Multiprofissionais em Casos de Suspeita de TEA e TDAH:**

a) A equipe multiprofissional especializada será responsável por conduzir uma investigação completa para confirmar ou descartar a hipótese de Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH).

b) Cada profissional da equipe realizará testes e análises de acordo com os padrões, protocolos e escalas pertinentes à sua formação e especialidade.

c) A equipe avaliadora poderá utilizar até 16 sessões de 45 minutos para concluir sua avaliação e emitir um relatório detalhado, com um diagnóstico mais preciso possível e sugestões de um plano de tratamento adequado às necessidades específicas do paciente.

d) Após a conclusão e emissão dos relatórios por todos os profissionais envolvidos, a equipe multiprofissional elaborará um laudo integrado, que apresentará uma posição conjunta, confirmando ou descartando, se possível, a hipótese de TEA ou TDAH.

e) Em caso de confirmação do diagnóstico de TEA ou TDAH, o médico da equipe de avaliação será responsável por emitir o parecer final e prescrever o plano terapêutico mais adequado.

#### **4.3.3 Suporte, Orientação aos familiares, responsáveis e Reuniões Integrativas de Equipes**

a) O serviços de orientação e suporte ajudando os familiares e responsáveis a compreender o TEA ou TDAH, algo pontual, ou dúvida sobre o paciente ou o plano terapêutico, ou ainda a necessidade de compreender e lidar com algum desafio diário e a apoiar ou ainda esclarecimento sobre algum desenvolvimento do paciente, deverá acontecer em ambiente clínico agendado com antecedência de mínimo 1 semana conforme a disponibilidade da agenda do profissional e da clínica, podendo este atendimento ser realizado por profissional responsável pela contratada em caso de não disponibilização do profissional relacionado ao paciente.

b) Semestralmente a Contratada deverá ofertar um horário de orientação parental para informes, verificação de metas, ajuste e sincronização de metas e plano de trabalho com um ou mais representante da família ou responsável pelo paciente.

c) Semestralmente a Equipe Interdisciplinar de Profissionais Terapêuticos deverá se reunir

---

com os profissionais dos serviços de saúde, educação e assistência social do município correlacionados ao atendimento dos pacientes em terapias. Este encontro deverá ser integrativo para a troca de informações pertinentes a condição do paciente em ambos os serviços, verificação evolução, ajuste e sincronização de metas e plano de trabalho do paciente

#### 44 Infraestrutura e Recursos

- a) **Espaço Físico Adequado:** Os serviços deverão ser realizados em instalações físicas adequadas, com ambientes estruturados e adaptados às necessidades específicas dos pacientes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) ou Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). As salas deverão estar devidamente equipadas com materiais, mobiliários e dispositivos indispensáveis à execução eficaz das terapias, garantindo condições de segurança, acessibilidade, conforto e acolhimento aos usuários.

*A empresa contratada deverá manter cadastro regular e atualizado no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, incluindo a atualização de profissionais, equipamentos e demais informações pertinentes, bem como possuir Alvará Sanitário vigente e realizar a devida alimentação e informação da produção ambulatorial por meio do Boletim de Produção Ambulatorial – BPA, conforme normas do Sistema Único de Saúde – SUS. Para garantir o acesso oportuno aos serviços, o adequado acompanhamento e efetiva fiscalização pela Administração Pública, o estabelecimento assistencial deverá estar devidamente instalado e em pleno funcionamento no município de Alta Floresta D'Oeste/RO, com registro ativo no CNES vinculado ao referido município, contemplando os serviços e profissionais habilitados para a realização dos procedimentos objeto do credenciamento.*

- b) **Equoterapia:** Deverá, ainda, ser disponibilizado espaço apropriado para a realização de equoterapia, com infraestrutura compatível, incluindo área adequada para manejo dos animais, equipamentos de segurança, acessibilidade e condições que assegurem a integridade física dos pacientes, profissionais e animais envolvidos, observando as normas técnicas e sanitárias aplicáveis.
- c) **Tecnologia e Equipamentos:** O fornecedor deve disponibilizar tecnologia e equipamentos adequados para o tratamento dos pacientes, incluindo software de apoio ao método ABA, atividades terapêuticas em realidade virtual ou mista, materiais didáticos especializados, dispositivos de comunicação aumentativa e alternativa (CAA), entre outros.

#### 45 Acessibilidade e Inclusão

- a) **Prioridade de Atendimento:** A Secretária de Saúde indicará a prioridade os atendimentos e a Contratada deve garantir que os pacientes com TEA ou TDAH recebam atendimento prioritário conforme disponibilidade garantindo que os pacientes tenham acesso facilitado aos serviços, em conformidade com a legislação vigente.

#### 46 Monitoramento e Avaliação de Resultados

- a) **Indicadores de Desempenho:** Deverá ser disponibilizado pela empresa contratada juntamente com o serviço um monitor de acompanhamento da evolução dos pacientes respectivos aos gestores municipais, este monitor, deverá incluir a definição de indicadores de desempenho que permitam monitorar a eficácia dos serviços prestados de forma online através de plataforma de acompanhamento evolutivo.
- b) **Relatórios Periódicos:** A empresa contratada deverá fornecer relatórios periódicos detalhados,
-

contendo informações sobre a evolução dos pacientes, os resultados das intervenções e as metas alcançadas. Esses relatórios serão utilizados para ajustar os planos de tratamento e garantir a eficácia do atendimento.

- c) **Feedback Contínuo:** O processo de monitoramento deve incluir mecanismos para o feedback contínuo das famílias e cuidadores, permitindo ajustes rápidos e a melhoria contínua dos serviços, como em relatórios verbais após as sessões terapêuticas

#### **4.7 Conformidade Legal e Regulamentar**

- a) **Adesão às Normas Legais:** Todos os serviços contratados devem estar em conformidade com a legislação brasileira aplicável, incluindo as leis de licitações e contratos administrativos, as políticas nacionais de proteção dos direitos da pessoa com TEA e TDAH e as diretrizes do SUS.
- b) **Garantia de Direitos:** A empresa contratada deve assegurar que todos os direitos dos pacientes com TEA sejam respeitados, incluindo o acesso prioritário aos serviços, a confidencialidade das informações de saúde e a participação ativa das famílias no processo terapêutico.

Estes requisitos visam garantir que a contratação seja realizada de forma eficiente, eficaz e em total conformidade com as necessidades específicas dos pacientes com TEA e TDAH, assegurando um serviço de alta qualidade e centrado nas pessoas.

#### **4.8 Atividades Indissociáveis**

As atividades descritas se apresentam indissociáveis caracterizando os serviços apresentados de maneira indivisíveis do objeto da presente contratação para a prestação de serviços especializados destinados ao tratamento de pacientes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH). Esta indivisibilidade do objeto é fundamental para garantir a qualidade, a eficácia e a continuidade dos serviços prestados. A seguir, são apresentados os argumentos que justificam a necessidade de manter o objeto da contratação como indivisível e indissociável.

##### **4.8.1 Interdependência dos Serviços Prestados**

Os serviços a serem contratados, que incluem sessões de Psicoterapia (TCC), Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional (com foco em AVDs), Psicomotricidade, Psicopedagogia, Equoterapia e Educador Físico, são interdependentes e complementares. Cada uma dessas modalidades de atendimento desempenha um papel crucial no tratamento integral dos pacientes com TEA e TDAH, e a fragmentação desses serviços comprometeria a coesão e a eficácia do plano terapêutico.

##### **4.8.2 Da necessidade da Equipe Integrada**

Interdependência dos Serviços Prestados: Os serviços a serem contratados, que incluem Avaliações Multiprofissionais tendo acompanhamentos de sessões com Psicoterapia (TCC), Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional (com foco em AVDs), Psicomotricidade, Psicopedagogia, Equoterapia (A empresa cadastrada precisa ser filiada a ANDE BRASIL, ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EQUOTERAPIA, tendo pelo menos um equoterapeuta e um equitador, e os outros profissionais que formam a equipe o curso de formação básica em equoterapia, conforme está na Lei nº 13.830, de 13 de maio de 2019, estabelece as diretrizes para a prática da equoterapia, nas áreas de saúde, educação e equitação., os profissionais devem

---

ter toda a documentação, certificação, são Interdependentes e Complementares) e Educador físico. Cada uma dessas modalidades de atendimento desempenha um papel crucial no tratamento integral dos pacientes com TEA e TDAH, e a fragmentação desses serviços comprometeria a coesão e a eficácia do plano terapêutico, lembrando:

**A. Participação de Médico Especialista em TEA e TDAH na Equipe de Avaliação Multiprofissional:**

As consultas médicas especialista em TEA são fundamentais para a integração das diversas contribuições advindas da (Análise do Comportamento, Neuropsicologia, fonoaudiologia especializada em TEA e TDAH) realizando assim a leitura final e a emissão completa do acompanhamento de diversos profissionais somado a visão holística do médico. Além da sua contribuição nos tratamentos farmacológicos, quando necessário, e este serviço sincronizado com o andamento das outras intervenções terapêuticas.

**B. Psicoterapia Baseada na Ciência ABA:** A psicoterapia baseada na ciência ABA é essencial para o desenvolvimento de habilidades cognitivas e comportamentais dos pacientes, e sua eficácia está diretamente relacionada à continuidade e à articulação com outras terapias, como a fonoterapia e a terapia ocupacional abordado junto com a Fonoaudiologia.

**C. Fonoaudiologia Baseada na Ciência ABA:** A terapia de fonoaudiologia desempenha um papel crucial ao complementar a psicoterapia, com foco no desenvolvimento das habilidades comunicativas dos pacientes. A utilização de métodos baseados em Análise do Comportamento Aplicada (ABA) tanto pelo fonoaudiólogo quanto pelos psicoterapeutas e terapeutas ocupacionais (T.O.) fortalece essa integração, em equipe.

**D. Terapia Ocupacional Baseada na Ciência ABA:** desempenha um papel essencial ao trabalhar no desenvolvimento das habilidades motoras, sensoriais e funcionais dos pacientes, complementando as intervenções de fonoaudiologia e psicoterapia. Assim como os demais profissionais, o terapeuta ocupacional pode aplicar métodos baseados em Análise do Comportamento Aplicada (ABA) para maximizar a eficácia do tratamento também sendo explorado pelo Psicomotricista.

**E. Psicomotricidade Baseada na Ciência ABA:** É uma abordagem terapêutica que integra os princípios da psicomotricidade com a análise científica do comportamento para

---

desenvolver as áreas motora, cognitiva e emocional de um indivíduo, promovendo a aprendizagem e a autonomia através de um plano individualizado e baseado em evidências científicas que pode ser trabalhado com a Psicopedagogia.

- F. **Psicopedagogia Baseada na Ciência ABA:** É baseada em evidências científicas, que busca ensinar habilidades e reduzir comportamentos problemáticos em indivíduos com transtornos do neurodesenvolvimento, como o TEA. O psicopedagogo que trabalha com ABA desenvolve um plano de intervenção individualizado para a criança, utilizando reforços positivos e estratégias de ensino estruturadas, com foco em desenvolvimento da linguagem, habilidades sociais, autonomia e comportamentos adaptativos.
- G. **Equoterapia com Método ABA:** é um método terapêutico e educacional que utiliza o cavalo como agente de desenvolvimento biopsicossocial, físico e emocional para pessoas com deficiências e necessidades especiais. Através de uma abordagem interdisciplinar aplicada pelo **EQUOTERAPEUTA (profissional com curso certificado pela ANDE BRASIL, ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EQUOTERAPIA)** junto de sua equipe, onde busca promover ganhos em áreas como equilíbrio, força muscular, consciência corporal, atenção, autoestima e bem-estar social, através da demanda podemos observar que conseguimos um diagnóstico e um resultado mais eficaz na avaliação.
- H. **Educador Físico;** o profissional de Educação Física geralmente é contratado para as atividades com a Equoterapia e atuará no planejamento, desenvolvimento e execução de atividades físicas adaptadas, com foco na promoção da saúde, melhoria da capacidade funcional e desenvolvimento das habilidades motoras dos pacientes.
- I. **Avaliações Multiprofissionais:** As avaliações realizadas por uma equipe multiprofissional são essenciais para um diagnóstico preciso e para o ajuste contínuo dos planos de tratamento. A fragmentação dessas avaliações comprometeria a integração das informações e a efetividade do diagnóstico.

## **4.83 Continuidade do Cuidado**

- 4.83.1 A indivisibilidade do objeto mostra-se necessária para assegurar a continuidade, a integralidade e a efetividade do cuidado aos pacientes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). A eventual fragmentação dos serviços entre diferentes prestadores poderia acarretar descontinuidade terapêutica, perda de informações
-



relevantes, falhas na comunicação interdisciplinar e prejuízos na coordenação do atendimento.

- 4.8.3.2 Destaca-se que, para pacientes com TEA e TDAH, a continuidade do cuidado é elemento essencial, uma vez que o progresso terapêutico está diretamente relacionado à realização de intervenções precoces, constantes, consistentes e devidamente alinhadas entre os diversos profissionais envolvidos.
- 4.8.3.3 Adicionalmente, considera-se que a contratada disponibilizará sistema informatizado próprio (aplicativo ou plataforma digital), no qual serão registradas, de forma integrada, todas as intervenções, evoluções e atendimentos realizados pelos profissionais da equipe multiprofissional. Tal ferramenta permitirá o acompanhamento contínuo do histórico do paciente, a padronização das informações, o monitoramento de resultados e a melhoria na comunicação entre os profissionais, reforçando a necessidade de execução unificada do objeto, sob a responsabilidade de uma única contratada.

#### **4.8.4 Da Necessidade Ambiente Único de Atendimento.**

- 4.8.4.1 A centralização dos profissionais em um único local de atendimento é fundamental para garantir um ambiente terapêutico seguro e consistente para pacientes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH).
- 4.8.4.2 A exposição frequente a novos ambientes e diferentes profissionais pode causar estresse severo e aumentar a ansiedade dos pacientes, prejudicando o progresso terapêutico. Além disso, a logística envolvida na movimentação entre diversos locais de atendimento representa um transtorno significativo tanto para os pacientes quanto para seus familiares, dificultando a continuidade e a eficácia dos tratamentos. Ao concentrar todos os serviços em um único espaço, assegura-se a criação de uma rotina previsível e estruturada, que é crucial para o bem-estar e o desenvolvimento dos pacientes com TEA e TDAH.

#### **4.8.5 Eficiência Administrativa e Econômica**

Manter o objeto da contratação indivisível também promove maior eficiência administrativa e econômica. A contratação de um único fornecedor responsável por todos os serviços permite uma melhor gestão dos recursos, maior controle sobre a qualidade dos serviços prestados e simplificação dos processos de monitoramento e avaliação. Isso reduz o risco de sobreposição de responsabilidades e facilita a responsabilização do contratado em caso de falhas ou desvios de qualidade.

- a) **Coordenação Centralizada:** Um único fornecedor coordenando todos os aspectos do atendimento permite uma gestão mais eficaz e uma comunicação fluida



entre os profissionais envolvidos, garantindo que todos trabalhem em sinergia para atingir os objetivos terapêuticos.

b) **Economia de Escala:** A indivisibilidade permite que o fornecedor contratado aproveite economias de escala, o que pode resultar em custos mais baixos e maior eficiência na prestação dos serviços.

#### 4.8.6 Qualidade e Padrões Uniformes de Atendimento

A indivisibilidade do objeto assegura que todos os serviços sejam prestados com os mesmos padrões de qualidade, metodologia e enfoque terapêutico. Fragmentar o objeto da contratação poderia resultar em variações nos padrões de atendimento, prejudicando a uniformidade das intervenções e, conseqüentemente, o desenvolvimento dos pacientes.

a) **Coerência Metodológica:** Ao manter o objeto indivisível, garante-se que todos os serviços prestados sigam uma mesma linha metodológica, especialmente importante no uso do método ABA, evitando contradições ou inconsistências nas abordagens terapêuticas.

b) **Garantia de Qualidade:** Um único fornecedor pode ser avaliado e responsabilizado pela qualidade de todos os serviços, garantindo que as expectativas sejam atendidas de maneira uniforme e que os padrões exigidos pelo contrato sejam mantidos em todas as modalidades de atendimento.

#### 4.8.7 Responsabilidade e Governança

a) A indivisibilidade do objeto fortalece a governança do contrato e a responsabilização do fornecedor. Ao contratar um único prestador para todos os serviços, o município pode estabelecer um canal direto de comunicação, monitoramento e avaliação, facilitando a identificação de problemas e a implementação de soluções.

b) A indivisibilidade do objeto desta contratação é essencial para garantir a efetividade, qualidade e continuidade do tratamento oferecido aos pacientes com TEA e TDAH. A integração e a coordenação dos serviços são fundamentais para o sucesso das intervenções terapêuticas e para a proteção dos direitos dos pacientes e suas famílias. A fragmentação do objeto colocaria em risco esses objetivos e poderia comprometer os resultados esperados, tornando-se, assim, indispensável a manutenção da indivisibilidade do objeto para assegurar o pleno cumprimento das metas propostas e a excelência no atendimento à saúde pública.

#### 4.9 Da Localização

A contratada deverá disponibilizar e manter, até o início da execução contratual, clínica, unidade operacional ou estrutura equivalente apta à prestação dos serviços no Município de Alta Floresta D'Oeste/RO:





*A exigência refere-se ao local de execução dos serviços e não constitui requisito de habilitação ou condição de participação na licitação.*

- a) viagens longas e frequentes para tratamentos podem prejudicar significativamente a qualidade do atendimento oferecido às pessoas com TEA e TDAH, causando desgaste físico e emocional nos pacientes e suas famílias.
- b) O transporte para distâncias maiores resultaria em custos elevados para a prefeitura, impactando negativamente o orçamento municipal e a eficiência na gestão dos recursos destinados à saúde pública.

## **4.10 Da Regionalização**

4.10.1 A presente contratação não estabelece restrição geográfica à participação dos licitantes, assegurando ampla concorrência e igualdade de condições entre os interessados, independentemente de sua sede ou domicílio.

4.10.2 Todavia, considerando a natureza do objeto e o público-alvo atendido, a execução dos serviços deverá ocorrer obrigatoriamente no Município de Alta Floresta d'Oeste/RO.

4.10.3 A necessidade decorre das características específicas dos usuários beneficiários da política pública, constituídos predominantemente por crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), TDAH e demais neurodivergências, que demandam acompanhamento terapêutico contínuo, frequente e multiprofissional.

4.10.4 O deslocamento recorrente desses pacientes para outros municípios implicaria aumento significativo dos custos administrativos e operacionais relacionados ao transporte sanitário, acompanhamento familiar e logística de atendimento, além de potencial comprometimento da adesão terapêutica, da continuidade do tratamento e do bem-estar dos usuários.

4.10.5 Em razão dessas circunstâncias, a futura contratada deverá disponibilizar, até o início da execução contratual, estrutura física adequada, equipe técnica e recursos necessários para prestação integral dos serviços no Município de Alta Floresta d'Oeste/RO.

4.10.6 Tal exigência não configura restrição à competitividade, por não limitar a participação de empresas de outras localidades, constituindo apenas requisito indispensável à adequada execução contratual e à garantia da eficiência, continuidade e acessibilidade dos serviços públicos de saúde.

## **5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**



### **A Execução do Objeto Seguirá a Seguinte Dinâmica:**

5.1 Início da execução do objeto: até 15 dias da assinatura do contrato.

5.2 Os agendamentos das sessões serão feitos diretamente com a Contratada após a Secretaria de Saúde disponibilizar a lista dos pacientes que necessitam de atendimentos.

5.3 As comunicações entre a Secretaria e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.4 Serviços serão conferidos trimestralmente de acordo com a apresentação do relatório evolutivo e da ficha de presença emitida pela empresa e devidamente assinados pelo responsável técnico. Sendo admitido relatórios emitidos pelo aplicativo alimentado pelos profissionais.

### **Cronograma de atendimento**

5.5 O contrato deverá ter a vigência mínima de 12 meses, sendo os agendamentos de atendimento e avaliação deverão ser realizadas sob demanda, conforme a necessidade identificada e solicitada pela Secretaria Municipal de Saúde de Alta Floresta D'Oeste. As atividades serão realizadas de forma contínua e flexível, com o uso dos serviços ajustado conforme o fluxo de encaminhamentos e às demandas específicas dos pacientes diagnosticados ou sob investigação do Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH). Dessa maneira, a contratação garante que os serviços especializados estarão disponíveis durante todo o período, atendendo prontamente às necessidades da população conforme determinado pela secretaria.

## **6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de



providências que devam ser cumpridas de imediato.

65 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## **Fiscalização**

66 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### **Fiscalização Técnica**

67 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

67.1 O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117,

§1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

67.2 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

67.3 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

67.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

67.5 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

### **Fiscalização Administrativa**

68 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto



nº 11.246, de 2022).

6.8.1 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

### **Gestor do Contrato**

6.9 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.12 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.14 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor



dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **Das obrigações da contratada**

6.16 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Edital e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

6.17 Execução dos serviços descritos nos itens em local apropriado com profissional devidamente habilitado e capacitado.

6.18 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior;

6.19 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante;

6.20 A Contratada se responsabilizará por quaisquer despesas decorrentes do transporte, locação ou aquisição de equipamentos ou deslocamento, estadias, valores referentes a diárias de profissionais para cumprir o cronograma de atendimento.

6.21 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

6.22 A Contratada será a única e integral responsável por todos os encargos de natureza fiscal, tributária e trabalhista, decorrentes da execução do contrato.

6.23 Manter, durante a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a sua compatibilidade com as obrigações assumidas

6.24 Atender prontamente todas as solicitações do Contratante previstas no Edital e seus anexos.

6.25 Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante quanto à execução dos serviços contratados.

6.26 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos.

6.27 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

6.28 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;



- 629 Comunicar imediatamente à COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS a ocorrência de hipótese impeditiva ao cumprimento das obrigações.
- 630 Não transferir a outrem no todo ou em parte, as responsabilidades assumidas, sem prévia e expressa anuência da Contratante.
- 631 Não cobrar do paciente ou de seu responsável, qualquer complementação aos valores pagos pelo contratante pela realização dos serviços contratados.
- 632 Disponibilização de clínica adequada, com estrutura higienizada e confortável ao paciente e familiares.
- 633 Uso de software de apoio ao planejamento terapêutico, monitoramento clínico e acompanhamento da evolução dos pacientes.
- 634 Disponibilização de terapias atualizadas, tecnicamente indicado e compatível com o plano terapêutico individualizado, a contratada poderá utilizar tecnologias assistivas, recursos de realidade virtual, realidade mista e softwares especializados.
- 635 Ofertar sempre que indicado em terapia o uso de dispositivos de comunicação aumentativa e alternativa (CAA).
- 636 Realização do tratamento conforme o diagnóstico médico e pertencentes ao laudo, com os profissionais qualificados e previamente autorizados pelo contratante, obedecendo rigorosamente as normas técnicas existentes.
- 637 Atender o paciente e seu responsável legal com dignidade e respeito, mantendo sempre a qualidade na prestação de serviços.
- 638 Os profissionais deverão aplicar os protocolos e procedimentos específicos disponíveis para a patologia, empregando as técnicas e esforços para habilitação ou reabilitação e evolução do paciente.
- 639 Apresentação relatórios mensais, de acompanhamento e evolução do quadro clínico do paciente.
- 640 Responsabilidade pelos atos ilícitos (penais, administrativos e civis) que seus funcionários venham a causar ao contratante, paciente ou terceiros, promovendo-lhes a responsabilização pelas normas que adotar.
- 641 A contratada será única responsável pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e qualquer outros que incidam ou venham incidir sobre seu pessoal necessário à execução do objeto do contrato.
- 642 A contratada se compromete a ofertar seus serviços em local adequado de suas dependências, deverá estar localizada no município de Alta Floresta D'Oeste-RO, e é vedada a subcontratação integral do objeto, admitindo-se apenas as hipóteses expressamente autorizadas pela Administração, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.



### **Das obrigações da contratante**

643 Gerenciar a execução da contratação:

- a) Emitir Ordem de Serviço e demandar os serviços a serem realizados;
- b) analisar e ajustar cronogramas,
- c) aprovar relatórios e faturas, receber os serviços e realizar os pagamentos dos mesmos.

644 Efetuar os pagamentos mediante comprovação de execução dos serviços correspondentes.

645 Apoiar logística e administrativamente a execução dos serviços, quando houver disponibilidade administrativa e observadas as dotações orçamentárias.

646 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo licitante vencedor com relação ao objeto desta licitação.

647 Fornecer à Contratada todos os esclarecimentos, informações, dados, elementos, relações, listagens, cópias de legislação e dos documentos, necessários para a execução dos serviços.

648 Fiscalizar a execução do objeto deste Contrato podendo, em decorrência, solicitar fundamentadamente, à Contratada, providências cabíveis para correção ou adequação de procedimentos, para a qual a mesma possuirá prazo suficiente nas condições deste termo de referência.

649 Notificar imediatamente à Contratada de qualquer irregularidade encontrada na execução do contrato.

650 A contratante deverá manter absoluto sigilo sobre todos os documentos produzidos pela contratada sendo relatórios, laudos, prontuários, e quaisquer outros documentos ou informações produzidas durante a prestação dos serviços. O acesso a essas informações será restrito exclusivamente ao paciente, seu responsável legal ou em caso de profissionais do município que atuem diretamente com o paciente.

651 A Contratante terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período ou responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

## **7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

7.1 A medição do serviço será realizada mensalmente, no momento de apresentação da nota fiscal e dos correspondentes laudos ou relatórios de acompanhamento





sessões ou do quadro e evolução dos pacientes, devidamente assinados pelos terapeutas e pelo responsável legal dos pacientes.

72 O objeto será recebido provisoriamente e de forma sumária pelo fiscal do contrato, após análise do laudo ou relatório em cotejo com a nota fiscal, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações do termo de referência do edital e contrato, podendo inclusive solicitar informações aos responsáveis pelos pacientes para averiguação da qualidade do atendimento e prestação do serviço.

73 O recebimento definitivo ocorrerá em até 30 (trinta) dias, a contar do recebimento provisório, pela gestora do contrato, após a verificação da qualidade, quantidade e compatibilidade do objeto.

## **Liquidação**

74 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

74.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

75 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

75.1 o prazo de validade;

75.2 a data da emissão;

75.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

75.4 o período respectivo de execução do contrato;

75.5 o valor a pagar; e

75.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

76 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.7 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.





7.8 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.9 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.10 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.11 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.12 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.13 Os prestadores de serviço e fornecedores de bens deverão emitir as notas fiscais em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB n.º 1234, de 2012, sob pena de não aceitação por parte dos órgãos.

### **Prazo de pagamento**

7.14 O pagamento será efetuado mensalmente, mediante emissão de Nota Fiscal Eletrônica (NFe), devidamente entregue e comprovados os serviços por meio de relatórios de atendimentos, conferida e assinada pela unidade a que se destina, encaminhado para tramitação do Processo de instrução e liquidação junto ao Departamento de Contabilidade, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da entrega e apresentação de Nota Fiscal e relatório de atividades, observada as condições pactuadas neste termo.

### **Forma de pagamento**

7.15 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado na Nota Fiscal.

7.16 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado



providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante.

7.17 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.17.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.18 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Cessão de crédito**

7.19 É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

*7.19.1 As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.*

7.20 A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.21 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.22 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)



723 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## **8 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

81 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

82 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

83 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

84 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

85 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

86 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

87 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

88 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva



documentação atualizada.

89 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos poderão estar em nome da matriz, para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

### **Exigências de habilitação**

8.12 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

8.13 **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.14 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.15 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.16 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.17 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.18 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.19 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato



constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

**820 Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**821** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

**822** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ, emitido com data não superior a 90 (noventa) dias da data de abertura da licitação;

**823** Certidão negativa de débito Federal: Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal n.º 8.212/1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

**824** Certidão de regularidade para com o FGTS (Lei nº 8.036/90);

**825** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**826** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **Estadual** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**827 Certidão de débitos estaduais e municipais:** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**828** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**829** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.



123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

830 Em relação às certidões necessárias à comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, serão aceitas Certidões Positivas com Efeitos de negativas;

## **Qualificação Econômico-Financeira**

831 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, **caso se trate de pessoa física**, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

832 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

## **833 Qualificação técnica**

833.1 A Proponente deverá apresentar um mínimo de 01 (um) atestado de capacidade técnica, que comprove experiência anterior e este deverá ser compatível com o objeto deste certame.

- a) Atestado deverá conter: Nome, endereço e telefone do (s) contato (s), ou outra forma que permita a Contratante estabelecer contato com a empresa/paciente atestador caso seja necessário;
- b) A critério do (a) Pregoeiro (a) poderão ser realizadas diligências para averiguar a fidedignidade das informações prestadas nos atestados apresentados.

833.2 Comprovação de registro da equipe terapêutica: Fonoaudiólogo, Psicólogo, Terapeuta Ocupacional, neuropsicopedagogo, equoterapeuta, pedagogia, educador físico, pediatra nos seus respectivos conselhos de classe competente.

833.3 Certificado dos profissionais da equipe terapêutica ou documento congênere, comprobatório da especialização dos profissionais em ABA (Applied Behavior Analysis).

833.4 Comprovação de registro nos seus respectivos conselhos de classe competente quando aplicável ou certificado profissional da Equipe Multiprofissional de avaliação diagnóstica: Pedagogo Analista do Comportamento, Neuropsicólogo Analista do Comportamento, Fonoaudiólogo Especialista em Reabilitação e Tecnologia e Médico Pediatra e/ou Neurologista Especialista em TEA.

833.5 Certificado de especialização quando aplicável e certificados de especialistas em TEA dos profissionais da equipe multiprofissional ou documento congênere, comprobatório da especialização dos profissionais em TEA.

833.6 Prova de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da



proposta, pelo menos um profissional devidamente habilitado para cada especialidade exigida neste termo de referência.

a) Entende-se como pertencente ao quadro permanente do licitante, na data prevista para entrega da proposta, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

## 8.34 Visita de Vistoria Técnica

8.34.1 Para assegurar a exequibilidade da proposta mais bem classificada, especialmente considerando que a prestação dos serviços ocorrerá no município, e a empresa vencedora caso não seja do município, a contratante se reservará o uso do dispositivo de realizar diligência de vistoria técnica na empresa que ofertará os serviços. A não aprovação na diligência de vistoria técnica, conforme registrado em laudo final, poderá resultar na desclassificação da licitante, em conformidade com o Art. 59, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

a) A Secretaria de Saúde deverá designar três representantes para realizar uma visita de vistoria técnica às dependências da sede da contratada ou ao local indicado na proposta.

b) Finalizada a etapa de lances, deverá ser agendada o dia e hora da visita de vistoria técnica respeitando o prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, será realizada conforme estabelecido no Termo de Referência a visita técnica. Esta deverá ser realizada no endereço informado na proposta apresentada pelo proponente.

c) Após a realização da vistoria técnica, os representantes da secretaria contratante emitirão laudo de aprovado ou desaprovado, o resultado deste laudo deverá ser anexado ao processo.

8.34.2. Esta comissão terá como objetivo avaliar as condições físicas e estruturais do local, bem como verificar a adequação dos materiais e equipamentos terapêuticos destinados ao tratamento de pacientes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH). Durante a visita técnica, serão avaliados os seguintes aspectos:

a) **Adequações Físicas:** Verificação das condições das instalações, incluindo, conforto e segurança dos ambientes onde são realizados os atendimentos terapêuticos.

b) **Materiais Terapêuticos:** Inspeção dos materiais terapêuticos disponíveis, assegurando que sejam adequados e suficientes para a realização das terapias propostas.

c) **Equipamentos Terapêuticos:** Avaliação dos equipamentos utilizados nas terapias, garantindo que estejam em perfeito funcionamento e sejam apropriados





para o tratamento dos pacientes.

d) **Materiais Didáticos Especializados:** Avaliação dos materiais didáticos especializados, garantindo que sejam apropriados para apoiar o desenvolvimento dos pacientes durante as sessões terapêuticas.

e) Ao fim da visita, deverá ser atestado a aprovação ou reprovação da contratada em observação ao seu desempenho.

## **9 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ 2.999.556,32 (dois milhões novecentos e noventa e nove mil quinhentos e cinquenta e seis reais e trinta e dois centavos), conforme custos unitários apostos na tabela indicada no item 1.1.

9.2 Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.3 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.4 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.5 Serão reajustados os preços registrados, após decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado da contratação, utilizando-se como índice de reajuste o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, observada a legislação vigente; ou

9.6 Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação, especialmente nos casos de demonstração analítica da variação dos custos relacionados à mão de obra, mediante comprovação e observância da legislação aplicável.

## **10 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Alta Floresta d'Oeste – RO decorrentes de recurso proveniente de Emenda Parlamentar, formalizada por





meio de plano de trabalho pactuado entre o Governo do Estado de Rondônia, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde – SESAU, e o Município de Alta Floresta D'Oeste - **Convênio nº 133/2026/PGE-SESAU (do PROC. 0036.058471/2025-66)**,

OB 2026OB050373 – Valor de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais).

OB 2026OB050365 – Valor de R\$ 495.528,12 (quatrocentos e noventa e cinco mil quinhentos e vinte e oito reais e doze centavos).

OB 2026OB050372 – Valor de R\$ 3.471,88 (três mil quatrocentos e setenta e um reais e oitenta e oito centavos).

E Contrapartida do Município – Valor R\$ 582,58 (quinhentos e oitenta e dois reais e cinquenta e oito centavos).

**Totalizando** valor global de **R\$ 2.999.582,58** (dois milhões novecentos e noventa e nove mil quinhentos e oitenta e dois reais e cinquenta e oito centavos).

102 A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

Unidade orçamentária: Fundo Municipal de Saúde

Programa: Assistência à Saúde Pública

Elemento de despesa: 3.3.90.39.00.00

Projeto/Atividade: 1261 – **SERVIÇOS DE ATENDIMENTOS EM TEA E DEMAIS NEURODIVERGENTES TERMO DE CONV. 133/2026-PGE ESTADO**

103 Poderão ser utilizadas, de forma excepcional, outras dotações orçamentárias não mencionadas, em virtude de objetivo específico, público atendido ou disponibilidade orçamentária na data da efetiva solicitação de despesa.

104 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 11. Da Adesão da Ata de Registro de Preço

11.1 Em observação ao disposto no Art. 86 da Lei 14.133/2021 que disciplina sob a Adesão a Ata Registro de Preço, a autorização Visualização de Documentos no Portal Transparência deste Município, adesão de outros órgãos e entidades a presente Ata de Registro de Preços, ocorrerá mediante as seguintes condições:

11.1.1 Anuência formal do Órgão Gerenciador com apresentação de justificativa da vantagem da adesão e demonstração de que os valores estão compatíveis com os valores praticados no mercado;

11.1.2 As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e para os órgãos ou entidades participantes.

11.1.3 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou entidades gerenciadoras e órgãos ou entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem.



11.1.4 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata;

11.1.5 Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

11.1.6 A adesão à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida:

11.1.7 por órgãos e entidades da Administração Pública municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora municipal, desde que o sistema de registro de preços tenha sido formalizado mediante licitação.

11.2 É vedada à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

## 12 Disposições Finais

12.1 As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Alta floresta D'Oeste – RO, 12 de junho de 2026.

Eleir Schmidt

Área Técnica – Portaria nº  
047/2026/GAB  
Alta Floresta D'Oeste / RO

Marcel Leme

Cristaldo

Secretário Municipal de Saúde  
Portaria nº 275 / 2026 / GAB

Giovan Damo

Prefeito Municipal  
Alta Floresta D'Oeste  
– RO Gestão 2025 –  
2028



## ANEXO II CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO

A habilitação das empresas vencedoras do Pregão será realizada mediante análise da documentação exigida neste Edital. Encerrada a fase de lances e negociação, o(a) Agente de Contratação solicitará aos licitantes provisoriamente classificados em primeiro lugar o envio da documentação de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observado o prazo máximo de até 02 (duas) horas, conforme estabelecido no preâmbulo deste Edital.

### **1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- 1.1 Documento de identidade e CPF do representante legal da licitante;
- 1.2 Comprovante de inscrição e situação cadastral no CNPJ (Cartão CNPJ);
- 1.3 Contrato Social, Estatuto ou instrumento equivalente em vigor, devidamente registrado, que comprove ramo de atividade compatível com o objeto da licitação.

### **2. QUALIFICAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

- 2.1 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 2.2 Prova de regularidade perante a Fazenda Federal;
- 2.3 Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual;
- 2.4 Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal da sede da licitante;
- 2.5 Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- 2.6 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, nos termos da Lei nº 12.440/2011;
- 2.7 Declaração Conjunta, conforme modelo constante no Anexo V deste Edital, ou DECLARAÇÃO ÚNICA disponível no rol HABILITANET do sistema LICITANET;
- 2.8 Certidão Negativa de Falência e Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou emitida por sítio eletrônico oficial. Quando emitida pela internet, serão aceitas tanto a certidão da Comarca quanto a do Estado onde se localiza a sede da empresa. Na ausência de prazo de validade expresso, será aceita a certidão emitida nos últimos 90 (noventa) dias;
- 2.9 A empresa que estiver em recuperação judicial deverá apresentar comprovação de que o plano de recuperação judicial foi devidamente homologado judicialmente, nos termos do art. 58 da Lei nº 11.101/2005, mediante certidão expedida pelo juízo competente;
- 2.10 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos 02 (dois) exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, devendo comprovar a boa situação financeira da empresa;
- 2.11 Empresas constituídas no exercício corrente deverão apresentar balanço de abertura;
- 2.12 No caso de sociedade anônima, deverá ser apresentada também a comprovação de publicação do balanço e demonstrações contábeis na Imprensa Oficial, bem como a ata de aprovação devidamente arquivada na Junta Comercial;
- 2.13 Declaração datada e assinada pelo representante legal da empresa e pelo contador devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, demonstrando a boa situação econômico-financeira da empresa, mediante análise dos índices financeiros extraídos do último balanço patrimonial;
- 2.14 Os índices deverão ser apurados com base nos dados do último balanço patrimonial exigível na forma da lei, devendo as fórmulas estar devidamente demonstradas em memorial de cálculo anexado ao balanço;
- 2.15 A comprovação da boa situação financeira será verificada mediante os índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), todos superiores a 1 (um), resultantes das seguintes fórmulas:
  - 2.15.1  $LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$ ;
  - 2.15.2  $SG = \text{Ativo Total} \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$ ;



2.15.3 LC = Ativo Circulante ÷ Passivo Circulante.

2.16 As empresas que apresentarem resultado igual ou inferior a 1 (um) em qualquer dos índices acima deverão comprovar, a critério da Administração e considerados os riscos da contratação, capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado do objeto lícitado;

2.17 Relação dos compromissos assumidos pelo licitante que possam comprometer sua capacidade econômico-financeira, excluídas as parcelas já executadas de contratos firmados;

2.18 Declaração de que a proposta econômica contempla a integralidade dos custos necessários ao atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, legislação trabalhista, normas infralegais, convenções coletivas e termos de ajustamento de conduta vigentes.

### **3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

3.1.1 A Proponente deverá apresentar um mínimo de 01 (um) atestado de capacidade técnica, que comprove experiência anterior e este deverá ser compatível com o objeto deste certame.

c) Atestado deverá conter: Nome, endereço e telefone do (s) contato (s), ou outra forma que permita a Contratante estabelecer contato com a empresa/paciente atestador caso seja necessário;

d) A critério do (a) Pregoeiro (a) poderão ser realizadas diligências para averiguar a fidedignidade das informações prestadas nos atestados apresentados.

3.1.2 Comprovação de registro da equipe terapêutica: Fonoaudiólogo, Psicólogo, Terapeuta Ocupacional, neuropsicopedagogo, equoterapeuta, pedagogia, educador físico, pediatra nos seus respectivos conselhos de classe competente.

3.1.3 Certificado dos profissionais da equipe terapêutica ou documento congênere, comprobatório da especialização dos profissionais em ABA (Applied Behavior Analysis).

3.1.4 Comprovação de registro nos seus respectivos conselhos de classe competente quando aplicável ou certificado profissional da Equipe Multiprofissional de avaliação diagnóstica: Pedagogo Analista do Comportamento, Neuropsicólogo Analista do Comportamento, Fonoaudiólogo Especialista em Reabilitação e Tecnologia e Médico Pediatra e/ou Neurologista Especialista em TEA.

3.1.5 Certificado de especialização quando aplicável e certificados de especialistas em TEA dos profissionais da equipe multiprofissional ou documento congênere, comprobatório da especialização dos profissionais em TEA.

3.1.6 Prova de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, pelo menos um profissional devidamente habilitado para cada especialidade exigida neste termo de referência.

a) Entende-se como pertencente ao quadro permanente do licitante, na data prevista para entrega da proposta, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de



contrato/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

#### **4. DECLARAÇÕES (ANEXO V)**

4.1 A licitante deverá apresentar declaração, sob as penas da lei, especialmente do art. 299 do Código Penal Brasileiro, de que:

4.1.1 Não possui fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

4.1.2 Possui pleno conhecimento e aceita integralmente as regras e condições da contratação;

4.1.3 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social;

4.1.4 Cumpre o disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021;

4.1.5 Assume responsabilidade pelas transações efetuadas no sistema eletrônico;

4.1.6 Sua proposta econômica contempla todos os custos necessários ao atendimento dos direitos trabalhistas e obrigações legais;

4.1.7 Cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações prestadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei nº 14.133/2021;

4.1.8 Inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, comprometendo-se a comunicar fatos supervenientes;

4.1.9 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;

4.1.10 Não utiliza trabalho degradante ou forçado;

4.1.11 A proposta apresentada foi elaborada de forma independente, sem qualquer ajuste ou comunicação com outros licitantes.

4.2 Declarações para fins de critério de desempate (art. 60 da Lei nº 14.133/2021)

4.2.1 A licitante deverá declarar, quando aplicável, que investe em pesquisa e desenvolvimento tecnológico no País;

4.2.2 A licitante deverá declarar, quando aplicável, que adota práticas de mitigação ambiental, nos termos da Lei nº 12.187/2009;

4.2.3 A empresa deverá declarar que não foi declarada inidônea ou suspensa por qualquer órgão da Administração Pública, estando apta a contratar com o Poder Público.

#### **5. OUTRAS DISPOSIÇÕES**

5.1 Será assegurado às empresas enquadradas como ME/EPP, que tenham declarado essa condição sob as penas da lei, o direito à regularização da documentação fiscal, nos termos do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

5.2 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos exigidos neste Edital.

5.3 As cópias apresentadas deverão estar perfeitamente legíveis. A utilização de documento falso para fraudar o caráter competitivo da licitação sujeitará o responsável às sanções previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

5.4 Os documentos deverão possuir validade expressa ou prevista em lei. Na ausência de prazo de validade, serão aceitos:

5.4.1 Certidão de Falência e Recuperação Judicial emitida nos últimos 90 (noventa) dias;

5.4.2 Demais certidões emitidas nos últimos 60 (sessenta) dias.

5.5 O(a) Agente de Contratação reserva-se o direito de solicitar, a qualquer tempo, esclarecimentos complementares acerca dos documentos apresentados, fixando prazo para atendimento.

5.6 A aceitação das certidões ficará condicionada à verificação de sua autenticidade nos respectivos sítios eletrônicos oficiais, tais como:

5.6.1 Receita Federal: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br);



5.6.2 SEFIN/RO: [www.sefin.ro.gov.br](http://www.sefin.ro.gov.br);

5.6.3 Previdência Social: [www.previdenciasocial.gov.br](http://www.previdenciasocial.gov.br);

5.6.4 Caixa Econômica Federal: [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br);

5.6.5 Tribunal de Justiça de Rondônia: [www.tj.ro.gov.br](http://www.tj.ro.gov.br);

5.6.6 Tribunal Superior do Trabalho: [www.tst.jus.br](http://www.tst.jus.br).

5.7 No caso de empresas sediadas em outras unidades da federação, a verificação será realizada no respectivo portal oficial indicado na certidão apresentada.



**ANEXO III**  
**ESTIMATIVA DE CUSTOS**

LOTE 01						
Item	Unid.	Descrição	Serviços	Quant. Estima da anual	Preço médio unitário	Preço médio total
01	Sessão	Sessão com profissional duração mínima de 45 Min. para atendimento de transtorno espectro autista.	Execução das intervenções terapêuticas prescritas no PTS. O serviço compreende: Psicoterapia (TCC), Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional (com foco em AVDs), Psicomotricidade, Psicopedagogia, Equoterapia e Educador Físico. As sessões devem ser realizadas com frequência mínima de 45 minutos por sessão, priorizando metodologias com evidência científica. Inclui obrigatoriamente o Treinamento e Orientação de Pais/Cuidadores e reuniões de alinhamento com a rede de ensino do município.	11263	R\$ 230,00	R\$ 2.590.490,00



02	Avaliação	Avaliação multiprofissional, equipe composta por (Pedagogo Analista do Comportamento, Neuropsicólogo Analista do Comportamento, Fonoaudiólogo Especialista em Reabilitação e Tecnologia e Médico Pediatra e/ou Neurologista Especialista em TEA e TDAH), elaboração de relatórios individuais e integrado, e em caso necessário emissão de laudo que ateste a condição de TEA e TDAH - Avaliação Multiprofissional em casos de hipótese de Transtorno do Espectro Autista - TEA, e Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade TDAH.	Avaliação Multiprofissional em casos de hipótese de Transtorno do Espectro Autista – TEA, Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade TDAH.	104	R\$ 3.933,33	R\$ 409.066,32
----	-----------	--	---	-----	-----------------	-------------------

**VALOR TOTAL MAXIMO R\$ 2.999.556,32**

**Atenção:** Para preenchimento da Proposta (Anexo IV) deve-se seguir estritamente esta ordem e numeração dos itens, facultando ao licitante participar **apenas dos itens** de seu interesse.

**1 INFORMAÇÕES GERAIS**

- 1.1 Os interessados podem apresentar proposta para quaisquer dos **ITENS/LOTES** de seu interesse, individualmente, respeitado o critério de julgamento.
- 1.2 Independentemente de o critério de julgamento ser pelo valor do **ITEM**, do **LOTE**, ou **GLOBAL**, os itens serão analisados pelo valor unitário. Qualquer item que tiver seu valor superior ao valor estimado pela administração, deverá ser retificado ou será desclassificado.
- 1.3 Não será admitido no preço unitário o fracionamento de centavo que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se sumariamente a fração remanescente.





**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

**À**

**PREFEITURA DE ALTA FLORESTA D'OESTE/RO**

**Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_\_**

**PROCESSO Nº \_\_\_\_\_**

Apresentamos nossa proposta para fornecimento do objeto abaixo discriminado, conforme o Edital, que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe.

**RAZÃO SOCIAL:**

**CNPJ E INSCRIÇÃO ESTADUAL:**

**REPRESENTANTE LEGAL E CARGO:**

**CARTEIRA DE IDENTIDADE E CPF:**

**ENDEREÇO E TELEFONE:**

**AGÊNCIA E Nº DA CONTA BANCÁRIA:**

Declaramos que o e-mail informado nesta proposta é válido e poderá ser utilizado para todas as comunicações oficiais, inclusive notificações, comprometendo-nos a mantê-lo atualizado junto à Prefeitura de Alta Floresta D'Oeste/RO.

Declaramos, ainda, que conhecemos e concordamos com todas as condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos, apresentando nossa proposta de preços para fornecimento do objeto do certame, conforme valores e especificações técnicas a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
<b>VALOR TOTAL</b>						

Atenção: O preenchimento desta proposta deverá seguir estritamente a ordem e a numeração dos itens constantes no Anexo III – Estimativa de Custos, incluindo a indicação da marca (quando houver), sob pena de desclassificação da proposta.

Poderá, ainda, ser utilizado o relatório de Proposta Final expedido pelo sistema LICITANET em substituição ao modelo constante neste anexo, sem prejuízo ao procedimento licitatório.

**VALIDADE DA PROPOSTA:** \_\_\_\_\_ dias (mínimo de 60 (sessenta) dias), contados da data de apresentação da proposta final corrigida.

**PRAZO E LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO:** Conforme disposto no Termo de Referência e no Edital.

As despesas relativas a eventuais substituições dos produtos em razão da garantia correrão por conta da contratada.

Declaramos, sob as penalidades da lei, que:

a) O(s) produto(s) ofertado(s) é(são) novo(s), não reconicionado(s), não remanufaturado(s) e não reciclado(s);

b) Nos preços propostos estão inclusos todos os impostos, taxas, fretes e demais despesas necessárias ao perfeito cumprimento da obrigação objeto da presente licitação;

c) Concordamos e nos submetemos a todos os termos, normas e especificações do respectivo Edital, bem como às leis, decretos, portarias e resoluções cujas normas incidam sobre a presente licitação.

Declaramos, ainda, que:

a) A proposta apresentada para participar desta licitação foi elaborada de maneira independente pela empresa, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou



indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato deste certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar desta licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato deste certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) Não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato deste certame quanto à participação ou não na referida licitação;

d) O conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato deste certame antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

e) O conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Prefeitura de Alta Floresta D'Oeste/RO antes da abertura oficial das propostas.

A empresa declara, ainda, que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração, que detém plenos poderes e informações para firmá-la e que tem ciência de que a falsidade de declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação caracterizará o crime previsto no art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021.

Local e data.

Assinatura do representante legal da empresa



ANEXO V  
MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_\_/202X

À  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA D'OESTE/RO  
A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_,  
sediada à \_\_\_\_\_, por  
intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_,  
portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_,  
DECLARA, sob as penas da lei, para fins de participação no Pregão  
Eletrônico nº \_\_\_\_\_/202X, que:

A .....(**nome da empresa**)....., CNPJ/MF Nº ....., sediada .....  
(**endereço completo**)....., telefone para contato ..(.....)....., e-mail ....., Declaramos para  
todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de pregão, o que  
se segue:

DECLARAMOS, sob as penas da lei, em especial do art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) Não existem fatos impeditivos para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- b) Possuímos pleno conhecimento e aceitamos todas as regras e condições gerais da contratação;
- c) Cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- d) Cumprimos o disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021;
- e) Assumimos total responsabilidade pelas transações efetuadas no sistema eletrônico;
- f) A proposta econômica apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- g) Cumprimos os requisitos de habilitação e que as declarações apresentadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei nº 14.133/2021;
- h) Não existem fatos impeditivos à nossa habilitação no certame, estando cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- i) Não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- j) Não possuímos, em nossa cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- k) Não utilizamos trabalho noturno, perigoso ou insalubre de menores de dezoito anos, nem qualquer trabalho de menores de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;
- l) A proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

Declarações utilizadas para critério de desempate, conforme art. 60, § 1º, da Lei nº 14.133/2021:

I – Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

II – Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

Declaramos, ainda, para os devidos fins, que a empresa não foi declarada inidônea nem suspensa por qualquer órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o Poder Público.

Local e data.

Responsável legal e assinatura

*Na hipótese de não envio desta declaração, poderá ser utilizado o relatório de Declarações expedido pelo sistema LICITANET em substituição, sem prejuízo do procedimento licitatório.*



ANEXO VI

MINUTA DO CONTRATO

PROC N.º 00000/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 000/2026

TERMO DE CONTRATO DE Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, QUE  
FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ALTA  
FLORESTA D OESTE E A EMPRESA  
\_\_\_\_\_.

O MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA D'OESTE/RO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com sede administrativa na Avenida Brasil, Bairro Redondo, nesta cidade e Comarca de Alta Floresta D'Oeste, Estado de Rondônia, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. XXXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro, (estado civil), agente político, portador da Cédula de Identidade RG nº XXXXXX SSP/RO e inscrito no CPF/MF sob o nº XXXXXXXXX, residente e domiciliado neste Município de Alta Floresta D'Oeste/RO, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, no Município de \_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, expedida por \_\_\_\_\_, e inscrito(a) no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 0XXXXXXX/20XXXX e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº XXXXXXXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

(art. 92, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021)

1.1. O presente instrumento tem por objeto a \_\_\_\_\_, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal \_\_\_\_\_, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos do Edital, pelo período de \_\_\_\_ (\_\_\_\_) meses.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão Eletrônico identificado no preâmbulo, ao Termo de Referência e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Constitui objeto da presente contratação:

ITEM	CÓD	DESCRIÇÃO	UND	QNT.	MARCA	V. UNT	V. TOTAL
TOTAL GERAL							

1.4. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição: o Termo de Referência que embasou a contratação, o Edital da licitação, a Proposta do Contratado e eventuais anexos dos documentos supracitados.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação será a partir da data de assinatura, por até \_\_\_\_ (\_\_\_\_) meses, prorrogável por até \_\_\_\_ meses, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.



## CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato, e no Decreto Municipal nº ...../2025.

## CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

### 5.1. PREÇO

5.1.1. O valor da aquisição é de R\$ XXXXXX (XXXXXX).

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### 5.2. FORMA DE PAGAMENTO

5.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

### 5.3. PRAZO DE PAGAMENTO

5.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3.3. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos encargos moratórios desde a data limite para pagamento (30 dias após a apresentação da nota fiscal) até a data do efetivo pagamento pelo CONTRATANTE, os quais serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela em atraso;

I = índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (6/100) / 365 = 0,00016438$

Onde:

I = taxa percentual anual no valor de 6%.

### **5.4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

5.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.4.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a



comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante.

5.4.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.4.3.1. Previamente a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na contratação.

5.4.3.2. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.4.3.3. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.4.3.4. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.4.3.5. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

5.4.3.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.4.3.7. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE (art. 92, V)

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado, realizada em .....

6.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

## CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

7.1. São obrigações do Contratante:





7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.

7.1.2. Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas no Termo de Referência e no Decreto Municipal nº ...../2023.

7.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

7.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto ou prestação dos serviços, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

7.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

7.1.7. Cientificar a Procuradoria do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.1.8. Emitir, explicitamente, decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.1.9. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

7.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, se for o caso.

7.1.11. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, § 2º, da Lei nº 14.133/21, se for o caso.

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

8.1.3. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

8.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do



Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade fiscal, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: a) prova de regularidade perante a Fazenda Municipal (mobiliários), especialmente quando o proponente possuir domicílio ou sede no município; b) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; c) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho.

8.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

8.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

8.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

8.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

8.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

8.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

8.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

8.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.1.16. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

8.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

8.1.18. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

8.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, "d", da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

## CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação,





independentemente de declaração ou de aceitação expressa. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e os princípios do art. 6º da LGPD.

## CLÁUSULA DÉCIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa o Contratado que praticar qualquer uma das condutas elencadas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei);

11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f" e "g" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei);

11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "h", "i", "j", "k" e "l" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f" e "g", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei).

11.2.4. Multa: a) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias. O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

b) compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.2.5. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, § 9º).

11.2.6. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º).

11.2.7. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

11.2.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º).

11.2.9. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.3. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.4. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.5. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)



12.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma físico-financeiro.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

12.2.1.1. Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

12.2.1.2. Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos, relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos, e indenizações e multas.

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta dos recursos consignados no Orçamento 2025 e 2025, onde o recurso encontra-se na dotação orçamentária: Categoria Econômica n.º 3.3.90.30.00 - Material de Consumo.

- Poderão ser utilizados recursos de outros projetos/atividade, caso houver necessidade.

## 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORO (art. 92, § 1º)



17.1. É eleito o Foro da Comarca de Alta Floresta D'Oeste para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133/21.

Alta Floresta D'Oeste, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026

Identificação e assinaturas:

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO